

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Jéssica Caroline de Amorim Lucas

ATLÂNTICO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE:
A busca e promoção da saúde capilar através da cosmetologia natural

BRASÍLIA/DF
2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Jéssica Caroline de Amorim Lucas

ATLÂNTICO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE:

A busca e promoção da saúde capilar através da cosmetologia natural

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, na linha de pesquisa Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia.

Orientadora: Renísia Garcia Filice

BRASÍLIA/DF
2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ATLÂNTICO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE:
A busca e promoção da saúde capilar através da cosmetologia natural

Jéssica Caroline de Amorim Lucas

Banca Examinadora

Profa. Dra. Renísia Garcia Filice
Universidade de Brasília
Orientadora

Profa. Dra. Deborah Silva Santos
Universidade de Brasília
Membro Interno

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento
Universidade de Brasília
Membro Interno

Profa. Dra. Anna Maria Canavarro Benite
Universidade Federal de Goiás
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas. Pessoas que acreditaram em mim, que estiveram ao meu lado nos momentos de escrita e exaustão, que valorizaram minha pesquisa e meu trabalho. Desde o início, ao pensar nos possíveis temas para a pesquisa, sou grata por estar cercada de pessoas tão especiais: família, amigos, clientes, colegas de profissão.

Em primeiro lugar, agradeço à minha bisavó Natalina, meu maior exemplo e minha pessoa favorita. Sua vivacidade e ensinamentos me lembram todos os dias que eu sempre posso ir além. Veja sua bisneta aqui, concluindo mais uma etapa na UnB! Também guardo com carinho as boas memórias da bisavó Altair, que permanecem como um mantra em minha vida. É um privilégio saber de onde vim e seguir com os aprendizados das minhas mais velhas. E agradeço às minhas avós, Rosângela e Neuza, por tanto amor e cuidado.

Aos meus pais, Wesley e Elizângela, que depositam confiança em mim e nos meus projetos, meu profundo agradecimento. Fico muito feliz de traçar meus próprios caminhos, sabendo que muita coisa foi sonhada, idealizada e realizada por vocês. À minha irmã, Jhenifer, cuja troca de amor e admiração é constante, sou grata por me fazer sentir capaz de realizar qualquer coisa. Amo vocês incondicionalmente!

Ao meu noivo, parceiro e companheiro de todas as horas, Gabriel, seu apoio tornou este percurso mais possível. Enquanto escrevo este agradecimento de madrugada, você e o Yeezy estão aqui, comigo, até que tudo esteja concluído. Amo nossa família e tudo o que construímos juntos.

Aos meus sogros, Leila, Kátia e Marcelo, obrigada por manterem viva em nós a chama da realização e da felicidade. Cunhados, família, eu agradeço os momentos de leveza em meio ao caos.

À professora dra. Renísia, agradeço por confiar na potência da pesquisa para falar sobre e com mulheres negras. Obrigada por estar comigo até o fim desta jornada. A banca, professoras dras. Anita Benite e Deborah Santos que foram primordiais na construção deste trabalho.

Aos colegas de trabalho que tornaram minha rotina mais leve e às clientes cujas contribuições enriqueceram minha pesquisa, fortaleceram meu trabalho e me ampara, muito obrigada.

Às amigas e amigos que torceram e vibraram por mim, meu sincero agradecimento. À equipe do Bioma, em especial a Joyce, meu trabalho continua sendo possível com o apoio de vocês.

Às cosmetólogas que participaram desta pesquisa, Gabriella Mendes, Ana Elizabeth e Luana, minha eterna admiração e respeito. Muito antes deste trabalho surgir, vocês já me inspiravam. Após esta experiência, minha admiração só cresceu. Sou fã de vocês.

Por fim, à Terezinha, minha psicóloga, que facilitou tanto o meu caminho, desejo vida longa. Obrigada por tudo.

RESUMO

Esta dissertação investiga se a cosmetologia natural se apresenta como prática de saúde e resistência cultural entre mulheres negras. Partindo de uma perspectiva interseccional, o estudo examina se existe a percepção e a utilização de cosméticos naturais como um ato de autocuidado e valorização da identidade negra, desafiando os padrões estéticos eurocêntricos e a hegemonia da indústria de cosméticos convencional. Com base em uma metodologia qualitativa, autoras negras como Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez e outras autoras majoritariamente negras fundamentaram a pesquisa que utilizou a metodologia de Histórias de Vida para compreender o papel das cosmetólogas negras na promoção da saúde capilar e na criação de redes de apoio e fortalecer o empreendedorismo feminino negro. O estudo conclui que a prática da cosmetologia natural transcende a estética, assumindo uma dimensão política e social ao contribuir para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da resistência identitária das mulheres negras cosmetólogas apresentadas aqui para além da saúde capilar, as cosmetólogas se dedicam a atuar com cosméticos para o bem-estar corporal - como um todo - e até mesmo para o bem-estar doméstico, com sprays e velas aromáticas. Entretanto, não existe um planejamento consciente de promoção da saúde capilar no Distrito Federal, nem ao menos uma rede de empreendedoras negras. O trabalho também propõe que o direito ao cabelo natural seja reconhecido como uma extensão dos direitos humanos, seja incorporado ao sentido amplo de políticas públicas, especificamente políticas voltadas à saúde e ao bem-estar da população negra, como forma de educar para as relações raciais, como orienta a Lei 10.639/2003, que altera o artigo 26-A da Lei 9.394/96.

Palavras-chave: cosmetologia natural; interseccionalidade; cabelo natural; direitos humanos, identidade negra.

ABSTRACT

This master's thesis investigates whether natural cosmetology presents itself as a health practice and cultural resistance among black women in the Federal District, Brazil. Starting from an intersectional perspective, the study examines whether there is a perception and use of natural cosmetics as an act of self-care and appreciation of black identity, challenging Eurocentric aesthetic standards and the hegemony of the conventional cosmetics industry. Based on a qualitative methodology, black authors such as Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez and other mostly black authors founded the research that used the Life Stories methodology to understand the role of black cosmetologists in promoting hair health and creating support networks and strengthening black female entrepreneurship. The study concludes that the practice of natural cosmetology transcends aesthetics, taking on a political and social dimension by contributing to the strengthening of self-esteem, autonomy and identity resistance of the black women cosmetologists presented here. In addition to hair health, cosmetologists are dedicated to act with cosmetics for body well-being - as a whole - and even for domestic well-being, with sprays and aromatic candles. However, there is no conscious planning to promote hair health in the Federal District, not even a network of black entrepreneurs. The work also proposes that the right to natural hair be recognized as an extension of human rights, be incorporated into the broad sense of public policies, specifically policies aimed at the health and well-being of the black population, as a way of educating about racial relationships, as per Law 10.639/2003, which amends article 26-A of Law 9.394/96.

Keywords: natural cosmetology; intersectionality; natural hair; human rights; black identity.

INTRODUÇÃO.....	9
1. METODOLOGIA.....	15
1.2 Pesquisa Qualitativa.....	20
1.1.1 <i>A interseccionalidade como método e como técnica: encontros com a entre mulheres negras</i> 22	
1.1.2 <i>Análise de história de vida</i>	24
2. A PELE PRETA VERSUS A DITADURA DAS CACHEADAS: COSMETOLOGIA E O DIREITO AO CUIDADO.....	30
3. COSMETOLOGIA NATURAL E SAÚDE CAPILAR.....	36
3.1 O que é um cosmético natural?	36
3.1.1 <i>O que é um cosmético orgânico?</i>	38
3.1.2 <i>O que é um cosmético vegano?</i>	39
3.2 A conexão entre cosmetologia natural, fitoterapia e terapia capilar	40
3.3 Resgate, autonomia e ações negras - combate ao racismo e a indústria cosmética	41
4. ATLÂNTICO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE	45
4.1 Ancestralidade, memórias e saúde.....	48
4.2 Mulheres negras, alquimia e cosméticos naturais	52
4.3 Direito ao cabelo natural como um direito humano.....	55
5. PERCURSOS DE PESQUISA: COSMETOLOGIA NATURAL E MULHERES NEGRAS, UM OLHAR INTERSECCIONAL.....	58
4.4 História de vida: quem são elas, as cosmetólogas negras?	59
4.5 Cosmetólogas negras e criação de cosméticos naturais: ancestralidade x “empreender por necessidade e não por oportunidade”	63
4.6 Afinal, o que é cosmético natural?	66
4.7 Caminho para os cosméticos naturais capilares	67
4.8 Cosmetologia natural como fonte de renda principal	70
4.9 Especialização e expansão da marca.....	71
4.10 Desafio de empreender e falta de recursos	72
4.11 Investimento e a impossibilidade de expansão da marca.....	74
4.12 Cosmetologia natural e critérios raciais.....	75
4.13 O Impacto da Cosmetologia Natural como resistência e transformação	77
4.14 Aplicação da Lei nº 10630/03	79
4.15 Considerações finais preliminares: resistência negra e ancestralidade através da cosmetologia natural	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

A cosmetologia natural se manifesta como uma prática de saúde e autocuidado relacionada aos saberes ancestrais das mulheres negras. Na sociedade brasileira, o cabelo crespo e cacheado, frequentemente alvo de estigmas e preconceitos, representa um aspecto central da identidade negra, carregando significados culturais e históricos de resistência e resiliência. Como mulher negra e acadêmica na área de direitos humanos, o percurso até esta pesquisa é pessoal, profissional e político, delineado por uma trajetória que confronta as questões de identidade, discriminação racial, busca pela valorização do cabelo natural e cuidados com a saúde capilar como símbolo de empoderamento, saúde e bem-estar.

O presente estudo se insere na confluência de debates sobre o Atlântico Negro, interseccionalidade e saúde capilar, com foco na prática de cosmetologia natural desenvolvida e utilizada por mulheres negras no Distrito Federal. A cosmetologia natural, além de representar uma alternativa aos produtos convencionais que, muitas vezes contêm substâncias agressivas à saúde e ao meio ambiente, também se revela como uma prática de resistência cultural e um ato de afirmação da identidade negra. Ao priorizar o uso de ingredientes naturais, mulheres negras promovem a saúde capilar enquanto reforçam a conexão com saberes ancestrais e práticas de autocuidado que datam de tempos imemoriais.

Ao longo desta dissertação, questiono o papel que a cosmetologia natural desempenha na construção de uma identidade negra positiva, nas políticas de bem-estar voltadas para a população negra e no combate ao epistemicídio, conceito centralizado nas teorias de Sueli Carneiro (2005). Carneiro define o epistemicídio como a supressão do conhecimento e das vozes da população negra, evidenciando o racismo estrutural e institucional que permeia a sociedade brasileira. A partir desse arcabouço teórico, a pesquisa busca ampliar o entendimento da cosmetologia natural enquanto prática que desafia e desestabiliza narrativas hegemônicas, oferecendo alternativas de cuidado que resgatam e validam os saberes de mulheres negras.

Como objetivo geral visa compreender a feitura de cosméticos naturais por mulheres negras, contextualizando a prática no espaço da diáspora africana em Brasília e no Distrito Federal. Especificamente, pretende-se verificar se as práticas de cosmetologia natural realizadas por essas mulheres constituem um planejamento consciente de promoção da saúde capilar e se essas práticas estão inseridas em uma rede de empreendedoras negras. Ademais, o estudo busca

analisar se tais iniciativas podem ser interpretadas como políticas públicas de promoção de saúde e bem-estar, contribuindo para o debate sobre a implementação de políticas públicas focadas na promoção de saúde da população negra.

Dessa maneira, esta pesquisa se posiciona ao lado das epistemologias negras, reconhecendo e valorizando as trajetórias das mulheres negras no campo da cosmetologia natural e refletindo sobre as possibilidades de emancipação e resiliência oferecidas por essa prática. Através da análise história de vida, o estudo visa contribuir com o debate acadêmico e fortalecer o reconhecimento de práticas de autocuidado e saúde capilar que, além de ressignificar o espaço social das mulheres negras, desafiam os moldes de uma sociedade que ainda ignora as necessidades e direitos fundamentais de nós, pessoas negras.

Rejeitando a neutralidade da minha escrita, é importante me situar enquanto cientista política, ativista e pesquisadora negra, em respeito a minha caminhada e às/aos mais velhas/velhos que me antecederam e abriram tantos caminhos. Também se faz necessário me apresentar como cabeleireira especializada em cabelos naturais e terapeuta capilar naturalista, o que move meus caminhos acadêmico e profissional, que se encontram com as minhas práticas político-sociais através da atuação na busca e promoção da saúde capilar.

Como mulher negra, o cabelo sempre foi uma questão que me atravessou. Diferente do que a cantora India Arie afirma em “*I’m not my hair*”¹, eu sou o meu cabelo e, assim como minha pele, ele faz parte da construção da minha identidade negra. São vários elementos que compõem quem eu sou, mas é inegável que a reafirmação da minha identidade passa pelo meu cabelo crespo, em conjunto com minha pele negra e por ser eu uma mulher.

E no percurso da minha trajetória profissional, cuidar de cabelos naturais vai muito além de estética, forma e design. Desde o princípio, no primeiro salão em que trabalhei, estudar e proporcionar a saúde capilar era o pilar para alcançar um cabelo bonito. Por conta disso, compreendi que, assim como nossa pele, o cabelo absorve muitas substâncias que entram em contato com eles todos os dias, e quando colocamos ingredientes e cosméticos vivos, há um reconhecimento e uma afinidade, que nas ciências biológicas podemos chamar de **biomimetismo**. No livro *Biomimicry: Innovation Inspired by Nature* (1997), a cientista Janine Benyus definiu a biomimética como “o estudo de modelos e estruturas biológicas e suas funções

¹ *I am not my hair/ I am not this skin/ I am not your expectations, no/ I am not my hair/ I am not this skin/ I am the soul that lives within.* Tradução livre: Eu não sou meu cabelo/ Eu não sou esta pele/ Eu não sou suas expectativas não/ Eu não sou meu cabelo/ Eu não sou esta pele/ Eu sou a alma que vive aqui dentro

para aplicação desse conhecimento em diferentes áreas da ciência”. Para a autora, a Natureza é fonte de inspiração, imitação e inovação para resolução de problemas e novas estratégias enquanto ciência multidisciplinar sustentável que se relaciona com tecnologia, agricultura, cosmetologia, medicina, arquitetura, engenharia e tantas outras áreas.

No Brasil, a formulação e comercialização de cosméticos são reguladas pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), com destaque para algumas normas essenciais. A principal delas é a **RDC nº 237/2018**, que define os critérios para regularizar produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes. Essa norma estabelece a classificação dos produtos quanto ao risco (grau 1 ou grau 2), além de requisitos técnicos relacionados à formulação, rotulagem e processos de notificação ou registro.

No entanto, trabalhos como “A Toxicidade em Produtos Cosméticos e os Riscos à Saúde: Uma Revisão de Literatura” (2017) da sanitarista Paula Barbosa da Conceição e “Toxicidade de Componentes Adicionados aos Cosméticos” (2021) da farmacêutica Beatriz Sousa Vasconcelos revelam que essas regulamentações são leis técnicas e que não se aplicam rigorosamente à prática, e refletem sobre os impactos da presença de substâncias potencialmente tóxicas em cosméticos, oferecendo riscos à saúde que podem surgir do uso contínuo de produtos de cuidado pessoal, muitos dos quais contêm ingredientes que, a longo prazo, podem ter efeitos adversos sobre o organismo humano.

Por isso, aqui, a escolha em usar e falar sobre cosméticos naturais também estão intimamente ligados ao respeito e conexão com a natureza, a experiência ancestral e simbólica, a diminuição do uso de substâncias sintéticas, prevenção do uso de ingredientes nocivos e desnecessários, que podem ser prejudiciais à saúde. E trazer o debate acerca da saúde capilar conectado a uma política pública de bem-estar para a população negra, mulheres negras especialmente, é uma iniciativa que também busca promover a equidade racial e combater desigualdades histórias reivindicando a produção de epistemologias e metodologias negras, destacando a produção de conhecimento dada como marginalizada em vista do racismo estrutural e institucional que experienciamos.

Pesquisas reconhecidas pela academia acerca do cuidado com o cabelo natural (crespo e cacheado) trazem luz aos discursos publicitários acerca do tema², mas aqui recorremos a

² A dissertação “Esse boom não é nosso: discursos sobre a transição capilar na publicidade dos cosméticos” de Mayra Bernardes, publicada em 2019, é um bom exemplo da interlocução feita acerca do tema.

cosmetólogas, terapeutas capilares e raizeiras para trazer o conhecimento popular. Como potências acadêmicas, Nilma Lino Gomes (2006) é acionada por trazer em sua pesquisa a ação de mulheres negras enquanto fazedoras de suas histórias enquanto potência, Sueli Carneiro (2005) por abordar o epistemicídio enquanto teoria epistemológica que sustenta o debate acerca da negligência da indústria cosmética, e integro o debate com questões de gênero, raça e classe como categoria analítica interseccional como traz Kimberlé Crenshaw (2004) e Carla Akotirene (2019).

Analisando sob uma perspectiva biocultural, destaca-se o saber-fazer em torno das plantas utilizadas como alimento, matéria-prima para vestimentas, combustível e elementos de rituais sagrados. No contexto dos saberes ancestrais, especialmente entre os povos de terreiro, emerge o conhecimento sobre ervas e suas propriedades medicinais e tradicionais. Mulheres raizeiras, curandeiras e parteiras são guardiãs desses segredos, dominando a manipulação dos recursos da Terra para cura e bem-estar. Um exemplo muito simbólico é a Farmacopeia Popular do Cerrado³, reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente como “um instrumento político e técnico, que vem contribuir para a implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e da CdB⁴ no Brasil”.

A Farmacopeia do Cerrado, conforme descrito pelo Ministério da Saúde, consiste em um compilado de informações científicas e tradicionais sobre plantas medicinais originárias desse bioma, apresentando diretrizes para seu uso seguro e sustentável (BRASIL, 2022). Elaborada com a colaboração de pesquisadores, farmacêuticos, profissionais de saúde, comunidades locais e povos tradicionais, essa iniciativa promove o intercâmbio de diferentes saberes, a fim de estabelecer padrões de qualidade e eficácia para o emprego dessas espécies. Tal abordagem contribui para valorizar o conhecimento ancestral, preservar a biodiversidade e garantir o manejo responsável dos recursos naturais, reforçando o papel do Cerrado como patrimônio cultural e ambiental brasileiro.

A cosmetologia natural, sobretudo em territórios como o Cerrado, encontra-se profundamente interligada à Farmacopeia Popular, ao valorizar saberes tradicionais e

³ “Uma iniciativa da Articulação Pacari, uma rede socioambiental formada por grupos comunitários que praticam a medicina tradicional no bioma Cerrado, resultado de uma pesquisa popular de plantas medicinais, de autoria de 262 autores sociais, entre raizeiros, raizeiras e representantes de farmácias caseiras e/ou comunitárias. Essa pesquisa popular visa o incentivo à prática da medicina tradicional e salvaguarda dos saberes sobre o uso e manejo sustentável de plantas medicinais”.

⁴ A CDB, ou Convenção sobre Diversidade Biológica, é um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) que não está relacionado ao Ministério do Meio Ambiente, e tem como objetivos a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos genéticos e a repartição justa dos benefícios decorrentes do uso desses recursos.

ingredientes nativos. Pensadoras negras como Grada Kilomba e Lélia Gonzalez oferecem reflexões importantes sobre a valorização de conhecimentos ancestrais, destacando seu papel na preservação de identidades culturais e na resistência histórica de comunidades marginalizadas. Aqui, no Cerrado, o uso de insumos popularmente conhecidos como medicinais e farmacológicos do baru, copaíba e pequi, e o buriti, destacam a riqueza dos saberes ancestrais, culturais e local.

Nesse contexto, a cosmetologia natural emerge como uma estratégia de resgate cultural e empoderamento comunitário, com destaque para a valorização do trabalho das mulheres negras e indígenas. Autoras como Conceição Evaristo, embora mais conhecida na literatura, também contribuem para reflexões interdisciplinares sobre corporeidade, ancestralidade e o papel do cuidado com o corpo na construção de subjetividades. A Farmacopeia Popular do Cerrado se apresenta como um repositório vivo de práticas e receitas, muitas vezes transmitidas oralmente, que reforçam a importância da biodiversidade e da sustentabilidade no desenvolvimento de produtos cosméticos naturais.

Assim, as mulheres negras que buscam a promoção da saúde através da cosmetologia natural e tratamentos fitoterápicos demonstram um potencial revolucionário na promoção da saúde (e não só capilar) através da conexão com seus saberes ancestrais. Daí entende-se que há uma luta política em favor de uma perspectiva antirracista e democrática, florescendo em meio a um campo cultural, social e de bem-estar. E o trabalho se propõe a contribuir com a ampliação desse debate e conhecimento, e tem como objeto o estudo do trabalho de cosmetólogas negras no Distrito Federal e seus fazeres.

Já sabemos da importância que o cabelo crespo tem enquanto símbolo de identidade negra, mas, enquanto questão central, **pergunta-se**: na prática, enquanto estudo de alternativas naturais, a cosmetologia se conecta à cultura negra, a resistência e a sobrevivência de e para mulheres negras? Para questões complementares: *i*) Em que medida as especialistas conseguem manter o cabelo crespo através das alternativas naturais para a manutenção e promoção da saúde capilar em seus ofícios? Há essa preocupação? *ii*) É possível afirmar que cosmetólogas negras atuam com consciência racial e comprometidas com a luta antirracista?

Objetivo Geral

Compreender a feitura de cosméticos naturais pelas mulheres negras do Atlântico, situando a diáspora em Brasília-Distrito Federal, com foco na compreensão da cosmetologia

natural e suas ramificações (dentro da terapia capilar e da fitoterapia) e seu papel como resistência negra articulada ou não, de mulheres negras, na construção de estratégias que possibilitem solidificar estratégias afro centradas.

Objetivos específicos:

1. Verificar como se dá e se existe um planejamento para a promoção da saúde capilar através dos cosméticos naturais, realizados por e para mulheres negras atuantes em Brasília/DF.
2. Refletir se pode considerar que as cosmetólogas naturais se inserem numa rede de empreendedoras negras do ramo dos cosméticos.
3. Avaliar se os resultados encontrados sustentam o argumento de que tais ações podem ser vistas como políticas públicas e se inserem no campo da implementação de política pública da saúde para população negra.

1. METODOLOGIA

Como uma pesquisadora negra que abdica da neutralidade da escrita, reconheço que minha produção acadêmica é um posicionamento político e epistemológico. Entendo que as escolhas teóricas, metodológicas e discursivas da pesquisa refletem e desafiam sistemas de poder que historicamente marginalizaram vozes como a minha e das mulheres aqui retratadas. Nesse sentido, recorro a Sueli Carneiro (2005) que salienta que a construção das teorias hegemônicas, enquanto ciência, integra um sistema de opressão social, político, científico e cultural, que promove a exclusão de pessoas negras, nutre e perpetua o que ela denomina de a construção do outro como não ser como fundamento da construção do ser.

Ciente do crivo crítico que se faz necessário ao ler uma teoria construída a partir de experiências de práticas divisoras binárias de dominação, que criam experiências opressoras e experiências oprimidas, Sueli Carneiro (2005) organiza um cenário propício através da ideia moderna de racialidade para revelar o **epistemicídio**, e as manifestações associadas a ele que atendem a uma distinção hierárquica de pensamento que situa um discurso acadêmico científico e outro discurso marginalizado, não-científico e ativista e/ou militante.

Inicialmente, baseada em Foucault, Sueli Carneiro destaca que há um dispositivo que demarca um conjunto extensivo de recursos institucionais, leis, disposição e distribuição de sujeitos na cidade, modos de produção e campos de conhecimento, subjetividades etc., que se constitui em determinado período da história e se articula para estabelecer relações de poder e dominação. Dito isso, utiliza o conceito foucaultiano de **dispositivo de biopoder** para forjar o conceito de **dispositivo de racialidade**, a fim de evidenciar que a raça foi naturalizada para sustentar relações políticas e, assim, estruturantes.

Nesse enredo, situa e define o dispositivo de racialidade enquanto tecnologia sofisticada da modernidade que designa a negritude ao signo da morte. E direciona os olhares para a forma com a qual a branquitude assegura a gestão da vida: protege experiências e vidas consideradas hegemônicas, e concebe o racismo como práxis normativa de opressão e hierarquização de populações na sociedade brasileira, no qual os atributos de vida e de morte são designados por meio desse dispositivo.

Em seguida, a autora convoca a categoria do Boaventura de Sousa Santos, o epistemicídio, como parte fundamental da manutenção teórica e metodológica dessa estrutura de dominação. Ressalta a definição de Santos que institui a renúncia e negação da produção de conhecimento dos grupos a quem se quer exterminar/dominar, e dá um passo adiante:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (Carneiro, 2005, p. 97).

Sueli Carneiro evidencia que uma das maiores perversidades da modernidade é a negação da razão aos sujeitos negros. Esse ato não se limita a silenciar ou ignorar o conhecimento produzido por nós, mas busca eliminar as possibilidades de ocupar espaços de formação, de perpetuar nossa existência e de sermos reconhecidos como sujeitos racionais e legítimos.

No livro “Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas, Brasilis e Portugal” (2013), os organizadores abordam a importância das redes colaborativas como estratégias para promover inovação, cooperação e desenvolvimento em diferentes contextos sociais e institucionais e enfatizam como a construção de redes requer a articulação de esforços, recursos e perspectivas diversas. Por meio de exemplos práticos, o livro demonstra como as experiências e saberes tradicionais impactam áreas como educação, saúde, cultura e desenvolvimento comunitário. Na apresentação, ressalta-se a urgência de romper com modelos hierárquicos, propondo relações horizontais que valorizem a inclusão e a diversidade, especialmente em contextos marcados pela invisibilização promovida por processos colonizadores e excludentes.

Além disso, a obra ressalta o papel de mediadores e facilitadores na articulação das redes, que tais conhecimentos ancestrais com foco no fortalecimento das relações e no estímulo à colaboração efetiva, se posicionam como uma ferramenta indispensável para gestores, pesquisadores e agentes sociais que buscam construir pontes e estabelecer conexões significativas, pensar outros mundos possíveis. A apresentação conclui com uma reflexão sobre a importância de integrar diferentes setores da sociedade no esforço conjunto para alcançar mudanças estruturais e melhorias concretas, baseados no reconhecimento e respeito à diversidade e saberes tradicionais.

A interdição dos espaços de saber instaura uma lógica de inferioridade intelectual da população negra e, consequentemente, uma relação entre saber e poder. Dialogando com Sueli Carneiro que acredita que o saber promove “iniciativa, autonomia, ousadia, liderança” (p. 295), e o epistemicídio determina a desumanização, tornando tudo o que não parte da hegemonia como “contra-científico” e marginalizado.

A pesquisadora ainda abarca como as vivências e experiências pessoais, memória ancestral e afirmação étnico-cultural são “produto de lutas, reflexões, conquistas, de perplexidades e de problemas que permanecem” (p. 9) de pessoas negras, mas que quando não são deslegitimadas, são apropriadas por outras áreas do conhecimento e só assim são validadas. Ou seja, o dispositivo de racialidade se rearticula, nega e expropria a “condição de sujeitos de conhecimento, de produtores de cultura, de conhecimento, de ciência” e mantém a exclusão racial.

E recorre, mais uma vez, ao pensamento foucaultiano para pensar saídas estratégicas quando retoma as resistências negras brasileiras, pois, de acordo com o filósofo, só existe poder, onde existe resistência:

“... não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder”. (Foucault, 2001, p. 91 apud Carneiro, 2005, p. 149).

Enquanto o epistemicídio fornece modos de fabricação de morte das possibilidades de produção de conhecimento das pessoas negras, a desqualificação do seu modo de produção conhecimento e dos seus próprios conhecimentos, e a desqualificação dos próprios sujeitos produtores desse conhecimento; a resistência de pessoas negras brasileiras se dá através da luta

por modos de enunciação do conhecimento, por reconhecimento enquanto produtores de conhecimento, e busca por alternativas que garantam a longevidade, qualidade de vida, direito a voz e decisões políticas.

As testemunhas de resistência apresentadas por Sueli Carneiro em sua tese, figuras importantes na história do Movimento Negro Brasileiro como Edson Cardoso, traçam as estratégias de sobrevivência, e sobretudo, acionam a prática educadora e a produção de conhecimento como partes fundamentais para isso. É, principalmente, através da educação que parte a inquietação e colisão contra o sistema hegemônico e supremacista. Além do mais, reconhecem que a produção de conhecimento próprio, a memória e o saber ancestral, a construção de identidade e autonomia são significativas para a tomada enquanto sujeitos políticos na sociedade.

Logo, Carneiro compreende a dimensão da fala pública e da escrita enquanto categorias estratégicas para a humanização dos corpos negros. E, nesse campo de disputa, voz, memória, história e produção de conhecimento, arrogo o saber ancestral de mulheres negras e a cosmetologia natural enquanto um lugar-marcador de resistência nessa hierarquia de saber nas relações de poder e campo de cuidados naturais.

Neste trabalho, tenciono o conceito de sujeito trazido por Grada Kilomba (2019), que, em sua obra “Memórias da Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano”, apresenta um olhar crítico sobre a colonialidade e a subjetividade negra. A autora desconstrói o sujeito como um ente neutro ou universal, problematizando como as estruturas coloniais e racistas moldam a subjetividade negra e a relegam à posição de “outro”. Kilomba nos mostra que o sujeito negro é frequentemente invisibilizado e desumanizado em narrativas dominantes, o que reforça a exclusão e o apagamento.

Grada Kilomba argumenta que o sujeito moderno, pensado sob a égide do pensamento iluminista e colonial, foi constituído por meio da exclusão do “outro”, que no contexto colonial é o sujeito negro. Para ela, ser sujeito é ser capaz de narrar e ser ouvido. Porém, a subjetividade negra, sob a lógica colonial, é silenciada e relegada ao espaço da subalternidade, desprovida de agência e voz. Isso significa que a negritude é constantemente narrada por outros, e não por si mesma.

A transformação do sujeito negro em coparticipante é essencial para subverter essa lógica, como orienta as pesquisadoras Filice e Carnáuba (2019). Isso implica em descolonizar

as estruturas que determinam quem pode falar e ser ouvido. Kilomba tenciona essa necessidade ao enfatizar que os negros precisam ser agentes ativos na produção do conhecimento, nas práticas sociais e nas narrativas culturais. Tornar sujeitos negros co-participantes é, portanto, um ato de resistência e de reparação histórica. É permitir que essas subjetividades possam se expressar, recontar suas histórias e, principalmente, redefinir o que significa ser humano.

Logo, debater a coparticipação é reconhecer que a transformação das relações de poder se dá pela redistribuição das vozes no espaço público e acadêmico. A coparticipação rompe com a hierarquia epistêmica que coloca o sujeito branco no centro, abrindo espaço para múltiplas experiências e perspectivas que foram historicamente marginalizadas, transformando nossas cosmetólogas negras de objetos de estudo para coparticipantes.

A importância desse processo não é apenas individual, mas estrutural. Tornar sujeitos negros coparticipantes é um passo para descolonizar o saber, a política e as relações sociais, promovendo uma sociedade que reconhece e valoriza a pluralidade de experiências humanas. Significa desafiar a hegemonia e construir uma ética relacional que reconheça a interdependência de todas as subjetividades. Assim, coparticipação é mais do que inclusão; é transformação estrutural e reparação, e uma forma diferenciada de fazer pesquisa acadêmica.

A incorporação das metodologias interativas de Renísia Filice e Raíssa Carnaúba, apresentadas em “Tecendo Redes: Experiências Pedagógicas no Enfrentamento ao Racismo” (2021), potencializa a construção de sujeitos negros como coparticipantes em espaços educativos e sociais. Essas metodologias se baseiam em práticas que reconhecem o saber como coletivo, dialógico e enraizado nas vivências de grupos historicamente marginalizados. Carnaúba e Filice propõem que, ao tecer redes, rompemos com as estruturas hierárquicas que delimitam quem detém o poder de ensinar e aprender, criando espaços em que a experiência negra é central para a produção de conhecimento e transformação social (Carnaúba; Filice, 2021).

Um exemplo relevante dessas metodologias é o uso de narrativas como instrumento de reconstrução subjetiva. Inspirando-se em práticas ancestrais de oralidade, as autoras destacam que o ato de narrar histórias pessoais ou coletivas fortalece o senso de pertencimento e protagonismo das participantes. Tal abordagem conecta-se ao conceito de Grada Kilomba, para quem “a memória é um ato político” (Kilomba, 2019, p. 21). Quando aplicadas, essas

metodologias não apenas resgatam a centralidade da pessoa negra como narradora, mas também reconfiguram o espaço pedagógico como um lugar de troca horizontal e afetiva.

Outro aspecto crucial das metodologias interativas de Carnaúba e Filice é o estímulo à criação de comunidades de aprendizagem. Essas redes não se limitam à sala de aula, mas se expandem para envolver famílias, lideranças comunitárias e outros agentes sociais, promovendo uma educação antirracista que perpassa diferentes esferas. Essas práticas estão alinhadas à perspectiva de coparticipação que Kilomba defende, ao propor que pessoas negras não sejam apenas incluídas, mas reconhecidas como criadoras ativas de realidades e saberes. Nesse sentido, a prática pedagógica se transforma em um ato político que questiona e redistribui o poder epistemológico.

Reconhecida a culturalidade desses argumentos, aciono a interseccionalidade como ferramenta metodológica cunhada por Kimberlé Crenshaw (1989) e trazido por Carla Akotirene (2019), que considera as experiências de mulheres negras, marcadas pela sobreposição do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, operadas através de um "sistema de opressão interligado" e inseparável. Junto a isso, Akotirene também se propõe a argumentar sobre e as articulações resultantes desse sistema, que estabelecem e localizam mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas.

Por isso, de acordo com Sueli Carneiro (2005) e Carla Akotirene (2019), priorizamos, neste trabalho, pesquisar e usar como referencial teórico principalmente autoras e autores negros, pois a resistência de pessoas negras brasileiras se dá através da luta por modos de enunciação do conhecimento, por reconhecimento enquanto produtores de conhecimento, e busca por alternativas que garantam a longevidade, qualidade de vida, direito a voz e decisões políticas.

A seguir, serão apresentadas as técnicas de pesquisa qualitativa que se farão necessárias: a revisão bibliográfica e análise de história de vida como técnicas de coleta de dados e pôr fim a discussão teórica do objeto.

1.2 Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa desempenha uma análise que permite investigar e assimilar fenômenos sociais, culturais e subjetivos através de experiências e narrativas dos indivíduos. Assim, neste trabalho, a pesquisa qualitativa é fundamental para amparar a complexidade das questões abordadas acerca de saberes ancestrais, cosméticos, subjetividades de mulheres negras e empreendedorismo.

E, nessa perspectiva, a contribuição de autoras negras potencializa substancialmente a metodologia qualitativa, especialmente por materializar compreensões e interpretações das sujeitas presentes nesta pesquisa, evidenciando experiências, existências e permanências que são marginalizadas, e aqui se fazem centrais. Inclusive, como parte da construção e transformação do conhecimento.

Como já citada anteriormente, através do conceito de interseccionalidade, a pensadora Kimberlé Crenshaw (1989), fundamenta que a experiência de mulheres negras é central para a compreensão das intersecções entre raça, gênero e classe, e o conhecimento gerado a partir dessa perspectiva é não apenas válido, mas necessário para desestabilizar discursos hegemônicos e privilegiados nas Ciências Sociais. Na pesquisa qualitativa, Crenshaw enfatiza a importância de métodos que respeitem a subjetividade dos participantes e que valorizem as narrativas individuais e coletivas das mulheres negras, promovendo uma prática reflexiva e crítica.

Outra concepção que também se faz essencial para a pesquisa qualitativa, através do pensamento crítico negro, é de bell hooks (2019), ao afirmar que, por meio do amor e resistência, a pesquisa se aproxima das experiências de mulheres negras e consegue captá-las para que haja transformação. Para a autora, transversalmente a produção e construção de conhecimento existe força transformadora, empoderadora. Concordando com essa análise, a metodologia de Lélia Gonzalez (1988), “amefricanidade”, coloca a ancestralidade negra e indígena de mulheres negras do Brasil, da América Latina, como agentes contra a colonialidade, o racismo e o patriarcado.

Assim, as figuras negras apresentadas neste trabalho contribuem para uma posição ética, política e social que valoriza a experiência e pluralidade de mulheres negras, através de suas narrativas e trajetórias de vida. A pesquisa qualitativa sustenta as subjetividades para refutar, debater e romper com estruturas de poder por meio de resistência e de afirmação de identidade e reafirmação do compromisso com os direitos humanos.

1.1.1 A interseccionalidade como método e como técnica: encontros com a entre mulheres negras

O primeiro passo para a investigação a fim de alcançar os objetivos desta pesquisa é a revisão bibliográfica, que visa oferecer os dados e referências para a discussão dentro do campo teórico e científico, e a partir dela basear as principais teorias deste.

A revisão bibliográfica é um passo essencial na pesquisa acadêmica, permitindo que pesquisadores compreendam o estado atual do conhecimento em uma determinada área, identifiquem lacunas e construam argumentos fundamentados em estudos prévios. Uma metodologia que faz uso da revisão bibliográfica que incorpora perspectivas e abordagens de autoras negras permite uma análise crítica e interseccional, ampliando a compreensão sobre temas e refletindo as contribuições frequentemente marginalizadas no campo acadêmico. Autoras negras, como bell hooks, Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez, oferecem ferramentas metodológicas que valorizam a experiência e o contexto histórico-social das pessoas negras, introduzindo novas perspectivas ao debate acadêmico.

Para autoras como bell hooks e Kimberlé Crenshaw, a experiência é uma fonte legítima e essencial de conhecimento. Em "Ensinando a Transgredir" (2019), hooks discute como a educação pode ser transformadora ao considerar a experiência dos alunos, especialmente das mulheres negras, como um recurso valioso. Esse princípio também se aplica à revisão bibliográfica: ao incorporar estudos que reconhecem as vivências de pessoas negras, o pesquisador cria uma revisão que não apenas reconhece os marcos teóricos, mas também acolhe as experiências subjetivas e históricas. Collins, em "*Black Feminist Thought*" (2002), enfatiza que a experiência das mulheres negras oferece insights únicos sobre temas como opressão, poder e resistência, desafiando a neutralidade e a universalidade dos paradigmas convencionais.

Aplicar essa abordagem metodológica implica incluir fontes que respeitem e valorizem o lugar de fala das pessoas negras. A revisão bibliográfica, assim, passa a ser uma prática de

valorização e reconhecimento da pluralidade de saberes, possibilitando uma análise mais rica e profunda. Isso implica que, ao construir uma revisão bibliográfica a partir de autoras negras, é necessário incluir e valorizar textos que abordam a interseccionalidade, um conceito central para Collins, que destaca como as opressões de raça, gênero e classe se sobrepõem e moldam as experiências das mulheres negras.

A interseccionalidade, um conceito amplamente explorado por autoras negras, oferece uma base analítica poderosa para revisões bibliográficas que consideram múltiplas formas de opressão. No contexto de uma revisão bibliográfica, isso significa explorar como os estudos analisam os efeitos simultâneos de raça, gênero e classe em diversos fenômenos. A abordagem interseccional sugere que uma revisão que inclua autoras negras vá além da análise isolada de categorias e examine como as estruturas de poder interagem e moldam as experiências.

A interseccionalidade trata-se também de um método, que pode ser aplicado tanto na seleção dos textos quanto na interpretação crítica dos estudos revisados, proporcionando uma lente teórica, categoria analítica capaz de analisar realidade evitando interpretações reducionistas e ferramenta engajada como uma ferramenta política transformadora.

A lente teórica da interseccionalidade exige uma atenção especial ao contexto social, econômico e político das pesquisas que são incorporadas à revisão. Por exemplo, ao estudar a experiência de trabalho das mulheres negras, é fundamental revisar estudos que abordem a forma como o racismo e o sexismo estruturam o ambiente de trabalho e as oportunidades profissionais e não só. Ao integrar essa análise na revisão bibliográfica, enquanto a pesquisadora assumir um compromisso com uma abordagem metodológica que questiona as hierarquias e expõe as limitações das análises tradicionais, me posiciono também como mulher negra, acadêmica, cabeleireira e terapeuta capilar.

Autoras como Lélia Gonzalez, uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil, também enfatizam a importância de descolonizar o conhecimento acadêmico, valorizando saberes locais e experiências culturais que são frequentemente excluídas das academias tradicionais. Gonzalez, em textos como “A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade” (1988), desafia as abordagens eurocêntricas e aponta para a necessidade de valorizar as culturas negras latino-americanas como fontes válidas de conhecimento. Em uma revisão bibliográfica, pautada na abordagem intelectual, essa perspectiva implica em incorporar não apenas estudos acadêmicos formais, mas também trabalhos de ativistas, produções culturais e saberes não

ocidentais, como consta na coletânea “Tecendo Redes Antirracistas” (2019, 2020, 2024), são saberes contra coloniais com vistas à soberania intelectual.

Mais que isto, descolonizar uma revisão bibliográfica significa desafiar os limites impostos pelo cânone acadêmico e questionar o que é considerado conhecimento válido. No caso de uma revisão fundamentada nas perspectivas de autoras negras, a revisão bibliográfica permite uma visão mais ampla, incluindo estudos e fontes que frequentemente não fazem parte da academia tradicional. Além disso, questiona o que significa neutralidade e objetividade, reconhecendo a influência das estruturas de poder na construção e disseminação do conhecimento.

Ao adotar a revisão bibliográfica fundamentada nas perspectivas de autoras negras, o pesquisador ou pesquisadora contribui para a ampliação do campo acadêmico, reconhecendo a importância das experiências e das vozes historicamente marginalizadas. Essa abordagem não apenas enriquece a revisão, mas também desafia a academia a considerar a pluralidade de saberes e a refletir sobre a centralidade da justiça social. A técnica de revisão bibliográfica pautada na metodologia da interseccionalidade baseada majoritariamente na produção de mulheres negras, ou seja, ao incorporar conceitos como a experiência, a interseccionalidade e a descolonização, possibilita uma análise crítica e complexa, enriquecendo o conhecimento e fornecendo uma base para práticas acadêmicas mais inclusivas e transformadoras.

1.1.2 Análise de história de vida

Ainda com a lente da interseccionalidade, a técnica de análise de história de vida que envolve várias etapas estruturadas para explorar a narrativa individual como uma fonte rica de informações sobre contextos sociais, culturais e históricos, ganha destaque especialmente relevante quando se trata das experiências de pessoas negras no Brasil. Esta técnica combinada com o que Carnáuba e Filice (2019) chamam de metodologias interativas, permite entender trajetórias pessoais em sua complexidade e em sua relação com fenômenos sociais amplos, como racismo, resistência e identidade, o que também foi explorado por Conceição Evaristo (2017) como *Escrevivência*.

A escrevivência é uma proposta literária e epistemológica que une escrita e vivência, especialmente no contexto das experiências de mulheres negras. Para Evaristo, a escrevivência transcende a escrita tradicional ao incorporar memórias, histórias pessoais e coletivas, bem como as vivências marcadas por opressões de gênero, raça e classe. Em sua visão, escrever não é apenas um ato criativo, mas também político, já que permite transformar as vivências marginalizadas em protagonismo narrativo. Segundo a autora, "a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa-grande', mas para incomodá-los em seus sonhos injustos" (Evaristo, 2017).

Essa perspectiva torna-se uma ferramenta poderosa de resistência e representação, especialmente no Brasil, onde a literatura negra tem sido historicamente marginalizada. A escrevivência dialoga com a oralidade e com a ancestralidade, características fundamentais das culturas africanas e afro-diaspóricas. Por meio dela, Evaristo propõe uma escrita que resgata a subjetividade e a identidade de co-participantes historicamente invisibilizadas, como mulheres negras, trabalhadores e moradoras das periferias. Essa abordagem também desafia a centralidade de discursos hegemônicos, ao valorizar histórias que emergem das margens da sociedade.

Dialogando com escrevivência, a análise de história de vida busca compreender as experiências individuais e coletivas a partir das narrativas pessoais. É uma técnica que, embora comum nos estudos sociais, ganha relevância particular nos estudos sobre raça e gênero, especialmente ao discutir as trajetórias de mulheres negras em contextos em que suas histórias e vivências foram silenciadas ou negligenciadas. Esse método, como ressaltam Gomes (2019), Gonzalez (1988), Carneiro (2003) e Magalhães Pinto (2020), permite que os próprios sujeitos se tornem narradores de suas histórias, recuperando memórias e reconstruindo identidades em contextos marcados pelo racismo estrutural e pelas desigualdades sociais, aspectos que envolvem as cosmetólogas negras co-participantes desta pesquisa.

No campo das Ciências Sociais, a análise de história de vida visa colocar o sujeito no centro do processo investigativo, possibilitando uma compreensão mais complexa que envolve as experiências e trajetórias de pessoas negras. Segundo Gomes (2019), a abordagem de história de vida oferece uma lente poderosa para desvendar as camadas das experiências raciais, socioeconômicas e de gênero, conectando histórias pessoais com processos sociais mais amplos. Enquanto método, é especialmente valioso quando se trata de investigar as contribuições de mulheres negras em profissões como a cosmetologia, onde os processos de

cuidado e autoestima estão intimamente ligados à identidade racial e à resistência cultural, aspectos ancestrais descaracterizados e invisibilizados.

Para entender a trajetória e as contribuições de mulheres negras, como as cosmetólogas negras aqui apresentadas, é essencial considerar o trabalho de Lélia Gonzalez (1988), que foi pioneira no mundo acadêmico no uso de histórias de vida para examinar como o racismo e o machismo, de forma interseccional mesmo que não o nomeasse, impactam as vivências de mulheres negras no Brasil. Gonzalez destacou que as histórias de vida ajudam a revelar estratégias de resistência cotidiana e a ressignificação da identidade afro-brasileira. A análise de história de vida, para além de técnica de coleta de dados, nesse sentido, não apenas expõe as lutas dessas mulheres negras, mas também as apresenta como protagonistas de suas histórias, desafiando narrativas hegemônicas e reivindicando o espaço social, econômico e cultural das mulheres negras.

Sueli Carneiro, outra referência importante para o campo, usa histórias de vida para discutir questões de identidade, pertencimento e o impacto da opressão racial. Carneiro (2003) argumenta que as histórias de vida das mulheres negras são repletas de resistência e agência, e que ao narrar suas próprias experiências, as pessoas podem se posicionar contra a narrativa hegemônica que os marginaliza.

A contribuição de Lélia Gonzalez (1984) ao debate sobre a "mãe preta" oferece uma perspectiva fundamental para compreender as dinâmicas de opressão racial e de gênero no Brasil, ao mesmo tempo em que destaca a resistência e a agência das mulheres negras. Gonzalez resgata a figura histórica da "mãe preta" como símbolo de sobrevivência e resistência cultural, criticando sua romantização, que frequentemente a reduz a um papel subserviente na narrativa hegemônica. Para Gonzalez, a "mãe preta" ocupa um lugar de ambivalência: enquanto sustentou a sociedade brasileira com seu trabalho e cuidado, também foi desumanizada e invisibilizada.

Essa reflexão dialoga diretamente com as ideias de Sueli Carneiro sobre as histórias de vida como ferramentas políticas. Carneiro (2003) argumenta que narrar a própria experiência é um ato de resistência à marginalização, uma forma de romper com a narrativa dominante que silencia e oprime. As histórias de vida, segundo Carneiro, são mais do que memórias individuais; são atos coletivos de afirmação, que reivindicam espaços de pertencimento e valorização da negritude. Nesse contexto, revisitar a história da "mãe preta" a partir da vivência e da perspectiva das mulheres negras é um movimento de ressignificação. Elas desafiam a

narrativa oficial que as reduz a figuras de servidão e reivindicam seu protagonismo como guardiãs da memória, da cultura e da resistência.

Tanto Gonzalez (1984) quanto Carneiro (2003) ressaltam que essas histórias não apenas preservam memórias, mas também transformam o presente. Para Gonzalez, a "mãe preta" representa a resistência africana diante da violência da escravidão, sendo uma ponte para a sobrevivência de práticas, saberes e identidades negras. Para Carneiro, ao compartilhar suas experiências, as mulheres negras desafiam as estruturas de poder, afirmam a complexidade de suas identidades e denunciam as violências que enfrentam.

O debate sobre a "mãe preta" e as histórias de vida converge em um ponto crucial: o ato de narrar é, em si, uma forma de luta política. Por meio dessas narrativas, as mulheres negras reescrevem a história brasileira, ressignificando papéis impostos e reafirmando a centralidade de sua contribuição. Assim, o legado da "mãe preta" se torna mais do que um símbolo histórico; ele se transforma em uma estratégia de resistência e afirmação da negritude no presente. É nesse encontro entre memória, identidade e resistência que se revela a força transformadora das narrativas, ecoando a luta contínua contra a opressão racial e de gênero no Brasil.

E, ao abordar, mulheres negras que são cosmetólogas e empreendedoras, vale destacar que empreendedorismo negro é uma prática econômica, social e política em que pessoas negras, historicamente marginalizadas, criam e gerenciam negócios que promovem sua autonomia financeira e rompem com estruturas de exclusão. No Brasil, essa forma de empreender se apresenta como uma resposta direta ao racismo estrutural, que limita o acesso da população negra ao mercado de trabalho formal, ao crédito e a outras oportunidades de crescimento. Para mulheres negras, o empreendedorismo se torna uma alternativa potente para transformar suas realidades, possibilitando a criação de redes de apoio e a construção de narrativas que valorizam suas histórias e culturas, e permitem sua sobrevivência com dignidade, embora saibamos que não tenha potência de romper com estruturas capitalistas de opressão.

O papel do empreendedorismo negro na vida das mulheres negras transcende a geração de renda. Ele atua como um motor de emancipação, permitindo que essas mulheres desenvolvam autonomia sobre suas trajetórias profissionais. A escritora e pesquisadora Luana Génot (2019), em sua obra "Sim à Igualdade Racial: Raça e Mercado de Trabalho", destaca como o empreendedorismo pode ser uma estratégia eficaz para combater desigualdades, já que mulheres negras frequentemente enfrentam o acúmulo de opressões de gênero e raça. Assim,

investir no fortalecimento desses negócios é investir no fortalecimento de uma sociedade se não mais justa, pelo menos excludente para essas mulheres negras.

Além disso, o empreendedorismo negro é um ato de resistência e reconfiguração dos espaços de poder econômico. Mulheres negras, ao ocuparem lugares de liderança, subvertem a lógica histórica que as manteve à margem e se tornam modelos de inspiração para futuras gerações. Luana Génot (2019) reforça a importância de fomentar ambientes que apoiem essas iniciativas, como incubadoras de negócios voltadas à diversidade, linhas de crédito específicas e programas de mentorias que contemplem as necessidades de empreendedoras negras. Pode não ser a solução para as mazelas do capitalismo, mas é parte da possibilidade de ruptura.

Outra dimensão essencial do empreendedorismo negro é sua conexão com a ancestralidade e a cultura. Negócios liderados por mulheres negras frequentemente integram elementos de suas raízes culturais em seus produtos e serviços, promovendo uma economia criativa e sustentável. Segundo Génot (2019), iniciativas desse tipo fortalecem o orgulho identitário e ajudam a combater estereótipos negativos associados à população negra. Além disso, elas contribuem para a valorização da herança cultural afro-brasileira, ampliando seu alcance e reconhecimento, daí a relação não tão óbvia com a implementação de políticas públicas como a Lei 10.639/2003.

Em suma, o empreendedorismo negro torna-se uma ferramenta crucial para a redução de desigualdades sociais. Ele promove a redistribuição de recursos e oportunidades, impulsionando o crescimento econômico em comunidades historicamente desassistidas. Como aponta Luana Génot, o fortalecimento desses negócios exige um compromisso coletivo que inclua políticas públicas, parcerias com o setor privado e o engajamento da sociedade civil. Para mulheres negras, empreender é uma questão de sobrevivência, mas também uma declaração de pertencimento e potência em um sistema que tantas vezes lhes negou espaço. E, no contexto das cosmetólogas negras, essa técnica permite explorar como o cuidado estético se relaciona com a identidade racial e o empoderamento, transformando um ato cotidiano em um ato de resistência e afirmação da negritude.

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2020) também ressalta o papel da história de vida na construção de uma memória histórica afro-brasileira que desafia a invisibilidade imposta pela sociedade. Em suas pesquisas, Magalhães Pinto usa histórias de vida para reconstruir trajetórias de homens e mulheres negras do período colonial e republicano,

destacando suas contribuições culturais, políticas e econômicas. Segundo a autora, “é impossível construir uma história verdadeiramente brasileira sem incluir as trajetórias de pessoas negras, que foram fundamentais na formação cultural e social do país” (Pinto, 2020). Para ela, o uso da história de vida é uma ferramenta para resgatar memórias que foram suprimidas e oferecer uma nova perspectiva sobre a identidade nacional. No Distrito Federal, onde as desigualdades raciais e econômicas são evidentes, essa metodologia pode iluminar as histórias de cosmetólogas negras, demonstrando como essas mulheres ocupam um lugar de destaque na preservação e disseminação da cultura e estética negra, e, de forma muito singular, contribuem para fortalecer políticas educacionais e de emprego, com viés antirracista. Aspecto muito pouco revelado na literatura do Distrito Federal.

A análise de história de vida envolve várias etapas estruturadas que permitem explorar a narrativa individual como uma fonte rica de dados sobre contextos sociais, culturais e históricos. Ao analisar histórias de vida, o pesquisador deve adotar uma postura de escuta ativa e respeitosa, valorizando a narrativa do sujeito como uma experiência única e significativa. Em contextos de desigualdade racial e de gênero, como o vivido por mulheres negras, esta técnica de pesquisa ganha especial relevância, pois permite que as próprias mulheres se expressem e relatem suas experiências de forma genuína, sem a mediação de interpretações externas que possam distorcer ou minimizar suas vivências. No campo da cosmetologia, as histórias de vida dessas profissionais revelam não apenas suas trajetórias de superação, mas também suas contribuições para a construção de uma estética afro-brasileira que desafia padrões hegemônicos de beleza e como, no cotidiano operam e agenciam práticas antirracistas,

Conduzida por uma lente interseccional, em síntese, a análise de história de vida é uma metodologia poderosa e transformadora, que permite tanto iluminar trajetórias individuais quanto construir uma memória coletiva que desafia a narrativa histórica dominante. Pesquisadoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Ana Flávia Magalhães Pinto, Rayssa Carnaúba e Renísia Filice têm contribuído para um arcabouço teórico e metodológico que valoriza as memórias, vivências e resistências da população afro-brasileira.

No caso das cosmetólogas negras, a análise de história de vida oferece uma perspectiva rica e profunda sobre como essas mulheres constroem sua identidade e afirmam sua negritude. Em um campo onde o racismo e os padrões eurocêntricos de beleza ainda são predominantes, elas resistem com seus saberes ancestrais ao resgatar e documentar essas histórias, é possível reconhecer e valorizar o papel fundamental dessas mulheres na preservação e promoção da

estética e identidade afro-brasileira. De outra parte, sinto-me profundamente envolvida enquanto jovem negra, cientista política a caminho do mestrado em Direitos Humanos.

2. A PELE PRETA VERSUS A DITADURA DAS CACHEADAS: COSMETOLOGIA E O DIREITO AO CUIDADO

Neste capítulo, deseja pontuar a necessidade porque é preciso não só que a academia enxergue as diversas epistemologias, como o saber ancestral não deve se restringir ao reconhecimento dado pela hegemonia. Para que assim, além de reconhecimento e identidade para uma parcela expressiva da população que tem sido historicamente negligenciada, tal empreitada trará diversidade e pluralismo para o debate do que se tem de cuidados naturais, e este deve ser um compromisso ético e político para com a história deste país que se construiu e se consolidou por meio da hierarquia de um grupo étnico-racial sobre o outro.

Cuidados através da cosmetologia natural e do conhecimento ancestral de mulheres negras, nos impulsiona a ter diversos debates sobre as políticas públicas de diversidade e bem-estar que precisamos garantir. De forma a combater a necropolítica e o epistemicídio que tanto nos assolam, reafirmar a importância da cultura e do saber negros para a sobrevivência da população afrobrasileira.

No Brasil, onde o mito da democracia racial ainda se mantém vigente, conforme apontado por Lélia Gonzalez (1988), as mulheres negras enfrentam diariamente os efeitos do processo de branqueamento e da (auto)negação, especialmente no que tange à não aceitação do cabelo crespo. Esse fenômeno não se manifesta apenas por meio dos procedimentos químicos, como alisamentos e relaxamentos, mas também pela dificuldade de acesso a produtos adequados para a manutenção capilar.

Nesse contexto, a obra "A pele preta, dermatologia da pele de cor: aspectos básicos" (2020), do estudante de medicina da Universidade de Brasília (UnB), Jônatas F. Barros, representa uma contribuição inovadora e essencial para a dermatologia no Brasil. O autor explora as particularidades da pele preta, abordando condições dermatológicas, diagnósticos e tratamentos que levam em consideração suas especificidades, evitando diagnósticos errôneos e promovendo um atendimento de saúde mais inclusivo e eficaz.

O manual de Barros trata de aspectos fundamentais da estrutura e biologia da pele preta, descrevendo as diferenças anatômicas e fisiológicas que impactam no desenvolvimento de doenças dermatológicas. Além disso, destaca a necessidade de ampliar o acesso a práticas dermatológicas que considerem a diversidade étnico-racial, promovendo maior equidade na saúde. Essa obra é essencial para dermatologistas, profissionais de saúde e estudantes que buscam compreender melhor a dermatologia aplicada à diversidade racial. Ao abordar questões muitas vezes invisibilizadas pelo racismo estrutural e pelo mito da democracia racial, o livro contribui significativamente para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e informado.

Jônatas F. Barros também ressalta que os cabelos crespos e cacheados demandam cuidados específicos e produtos com alta concentração de ativos naturais. Devido à sua estrutura espiralada, fios mais finos, maior fator de encolhimento, menor oleosidade e baixa capacidade de retenção de água, esses cabelos são mais vulneráveis a quebras e ressecamento. Dessa forma, necessitam de tratamentos que considerem desde o couro cabeludo até a haste capilar, garantindo a nutrição e proteção dos fios. A terapeuta capilar naturalista Paula Breder (2019) reforça essa perspectiva, destacando que o uso de produtos adequados permite a formação de uma barreira protetora que evita a perda de água e contribui para a uniformidade da fibra capilar, aumentando o brilho e a resistência dos fios.

O processo histórico de embranquecimento racial impacta diretamente a relação das mulheres negras com seus cabelos. Cibely Eugênia da Silva (2017) argumenta que a transição capilar representa um ato político, social e cultural, rompendo com a ideologia do embranquecimento que por décadas silenciou a expressão estética da negritude. Essa repressão se manifesta na desqualificação do cabelo crespo, frequentemente associado a traços negativos como rebeldia e desleixo.

Ao analisar as estratégias de marketing das grandes indústrias cosméticas, Silva (2017) aponta que essas empresas capitalizam identidades negras de maneira superficial. A utilização de imagens de pessoas negras em campanhas publicitárias não reflete necessariamente uma mudança estrutural no mercado. Pelo contrário, muitas dessas empresas mantêm a invisibilização e a negligência em relação às reais necessidades das mulheres negras, reforçando padrões estéticos coloniais e criando formas de domínio cultural, como a "ditadura das cacheadas".

A ausência de produtos capilares adequados leva muitas mulheres negras a recorrerem novamente aos alisamentos, reforçando um ciclo de violência estética que se inicia ainda na infância. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 409/2020, da Anvisa, proíbe o uso de alisantes em crianças, uma vez que esses produtos alteram quimicamente a estrutura capilar. No entanto, a prática continua disseminada, expondo meninas negras a riscos graves de saúde. Conforme apontado por Soares (2019), os procedimentos químicos podem causar alergias, dermatites, quedas de cabelo, queimaduras, descamação do couro cabeludo e, em casos extremos, sintomas sistêmicos como náuseas e dores abdominais.

Nesse sentido, é urgente a formulação de políticas públicas que garantam a segurança dos produtos e promovam a saúde capilar das mulheres negras, indo além da perspectiva meramente estética. Ainda hoje, os corpos negros são alvos de mercantilização, e as representações negativas do cabelo crespo persistem, dificultando o acesso das mulheres negras a produtos de qualidade. O mercado cosmético não apenas ignora os impactos nocivos de substâncias como derivados de petróleo, silicones, lauril sulfato de sódio, corantes e conservantes agressivos, mas também perpetua padrões que desconsideram a saúde capilar.

A busca por alternativas mais seguras e sustentáveis torna-se essencial. Conforme aponta Paula Breder (2018), a construção de uma autoimagem positiva passa por uma reestruturação no mercado cosmético, que deve priorizar formulações com ingredientes naturais e biodegradáveis. No entanto, essa mudança ainda opera dentro de uma abordagem colonial, perpetuando discursos que moldam a identidade racial e social das mulheres negras. As formulações voltadas para o "cabelo natural ideal" continuam influenciadas por narrativas que reforçam a negação do pertencimento étnico-racial, demonstrando que a luta por representatividade e inclusão capilar está longe de ser concluída.

Em “É muito mais do que uma simples misturinha: um estudo sobre cosmetologia natural, mulheres e suas conexões” (2019), Letícia Maia de Paula Pinto, aponta como as mulheres buscam a cosmetologia natural como alternativa de cuidados menos nocivos, e demonstra o incômodo da Gabi, sobre a falta de produtos que se adaptem ao seu cabelo cacheado natural:

“Eu acho que faz muita diferença pra mim, que tenho o cabelo cacheado, conseguir produzir coisas que fazem bem pro meu cabelo, porque cosméticos dedicados a cabelos cacheados é uma coisa muito recente, e sempre foi muito difícil encontrar produtos que fossem compatíveis comigo, sabe? E eu só comecei a usar produtos que fossem compatíveis mesmo, quando eu comecei a fazer. E eu acho que essa questão é muito diferente da maior parte das mulheres que trabalham com isso, porque é uma

área de produção muito branca - e não que seja pertencente a elas - mas que está sendo tomado pelas pessoas brancas agora, porque eu acho que o cuidado natural ele é muito popular já, ele sempre foi. E agora, através das pessoas brancas, esses saberes estão nos mercados” (Gabi, Afrogaia apud Pinto, 2019, p. 56).

Como destacado por Gabriella Mendes, a cosmetóloga da marca naturalista Afrogaia, a dominação cultural na formulação de produtos e produção de informação/conhecimento estão presentes também na cosmetologia natural. Esse saber que vem, principalmente, de mulheres negras e indígenas sofre com o embranquecimento e apagamento de suas origens.

A cosmetologia natural, feita a partir de recursos oferecidos pela natureza, com ênfase na atuação das plantas, desempenha a limpeza integral do corpo respeitando a vida humana, animal e vegetal. A cosmetóloga, escritora e artista plástica Franciele Rayane Rodrigues (2020) compreende que a necessidade de reintegração com a Terra, nos aproxima de uma rotina mais cuidadosa com o meio ambiente e com a nossa saúde. Além de buscar a herança deixada pelas nossas mais velhas, que tinham domínio da sabedoria em torno das alquimias vegetais.

Mona Soares (2020) também identifica que é importante entender as possibilidades vindas da natureza e que esse saber é tão científico quanto comprovado. Para ela, cuidar de seu cabelo crespo e dar continuidade ao que sua família vem fazendo há anos, é também manter a africanidade viva. E cabelo não é só cabelo como parte do corpo biológico. Cabelo envolve afetos, relacionamentos, confiança, autoestima. E o cabelo crespo é um símbolo da presença africana e negra na ancestralidade e genealogia de quem o possui” (Gomes, p. 18).

O movimento de empoderamento das características da população negra, alguns como cabelos crespos e cacheados, lábios grossos e nariz largo, andam junto com a luta de se fazer presente em ambientes cujo crespo e cacheado é visto como não adequado, exemplo disso, para profissões que exigem formalidade. Isso afeta diretamente a preocupação das mulheres que buscam assumir o seu cabelo natural (Gomes, 2006). Sobre isso pode-se afirmar que há muita insegurança e falta de informação nesse processo de autoaceitação da mulher negra brasileira. Isso dificulta a desconstrução do estereótipo do cabelo crespo e cacheado como “cabelo ruim”.

O Movimento Negro Unificado (MNU) trouxe para o Brasil o movimento “*black is beautiful*” para promover estímulos a beleza dos cabelos afros (Figueiredo; Cruz, 2016). Nos últimos anos, percebemos o quanto cresceu o movimento de empoderamento negro, principalmente, com o advento da internet. E, de acordo com Cibely Eugênia da Silva (2017), a indústria cosmética, ao perceber que mulheres negras também têm poder de compra, se

apropriada do discurso e vem lançando produtos e campanhas para alcançar seus cabelos crespos e cacheados.

No entanto, a aceitação do cabelo natural vem como um novo padrão de beleza que invisibiliza a estrutura e diversidade dos cabelos crespos e cacheados. Por fim, mulheres negras seguem afetadas por discursos que condicionam seus cabelos dentro do novo padrão que exige perfeita definição, zero *frizz* e cachos longos (Silva, 2017).

Os estudos apontam que observando todo o histórico da criação da Indústria de Cosméticos com todo o avanço tecnológico e descoberta de técnicas é possível encontrar produtos para todos os tipos de cabelos com mais facilidade, não somente em uma Casa de Cosméticos, mas também em Farmácias, Salões de Belezas e Lojas Online. Encontra-se de diferentes preços, tamanhos, ingredientes e direcionados para vários tipos capilares diferentes. Entretanto, quando se trata de linhas específicas para os cabelos crespos e cacheados, a facilidade de encontrar esses produtos é recente.

No entanto, a qualidade e o discurso dos produtos sinalizam outra coisa, e no artigo, “Silenciamento e contradição no discurso das empresas de cosméticos para cabelos cacheados e crespos”, Cibely Eugênia da Silva diz:

“o discurso advindo desses produtos de cosméticos é também uma forma de manifestação da ideologia dominante que encontrou nesse meio de circulação uma forma de silenciar o movimento do empoderamento da mulher negra, através da aceitação e uso dos cabelos cacheados e crespos, para que esta parcela da população continue sendo subjugada e refém dos conceitos antigos de raça inferior que se perpetuaram para além da colonização” (Silva, 2017, p. 4).

A indústria cosmética, a internet, os meios de comunicação, investem no público, no estímulo ao consumo exacerbado de cosméticos e químicas para a “melhoria” dos fios. Nunca se consumiu tanto, em contrapartida, nunca se maquiou tantos os fios, Paula Breder (2019) pontua que “nunca se viu tantas mulheres insatisfeitas com seus fios”, principalmente após a transição capilar, onde o cabelo natural cresce e se tornam refém dos salões para conseguirem pentear os cabelos.

Enquanto a indústria promete cosméticos à base de ativos naturais, e a Anvisa exige apenas 2% do ativo para constar no rótulo, ela não se atenta a estrutura desses fios, se atentando às vendas e menosprezando tratamentos ricos em ativos naturais e que se assemelham a composição da fibra capilar, compondo os cosméticos de substâncias químicas que fazem mal saúde, mas garante a qualidade do avanço tecnológico. Mona Soares (2020), levanta o debate:

“A produção de cosméticos é algo ancestral, um conhecimento muito antigo, que vem percorrendo gerações e sendo aprimorado. Há apenas algumas décadas, a indústria se apropriou de tal conhecimento se colocando como superior em relação a outros métodos de fazer cosméticos” (Soares, 2019, p. 6).

Já o profissional da beleza não deveria vender apenas serviço ou estética. O mercado está carente de profissionais que entendam da saúde do cabelo natural, que conheçam a estrutura e suas peculiaridades e traga informação precisa associada a uma solução (Breder, 2019).

Nesse sentido, o mercado de produtos liberados para as técnicas *low* e *no poo*, criadas por Lorraine Massey, coautora do livro “O Manual da Garota Cacheada: método *curly girl*” (2015), vem sendo adotadas por pessoas de cabelos cacheados e crespos. As técnicas consistem em excluir da rotina de cuidados com os cabelos sulfatos, petrolatos e parabenos. O uso de cosméticos direcionados para o cabelo com substâncias comumente conhecidas por “substâncias proibidas”, são prejudiciais ao cabelo e a saúde.

Essas substâncias, presentes nos cosméticos e de baixo-custo, maquiagem o cabelo, doando falsa emoliência e brilho e aspecto de hidratado, porém se acumulam nos fios, e formam uma capa que impede o cabelo de receber os nutrientes, trazendo danos para a haste capilar e o couro cabeludo.

A terapeuta capilar naturalista Paula Breder (2019) e a cosmetóloga natural Mona Soares (2020) convergem ao mencionar que os cosméticos naturais devem ser usados tanto como tratamentos intensivos como de cuidados diários, tendo em vista que possuem afinidade com a pele e o cabelo, e serem ricos em princípios ativos. Para elas, retomar o poder da ancestralidade através da natureza é algo que é explorar conhecimento subjugado sobre os perigos das substâncias sintéticas presentes nos cosméticos convencionais, o direito ao cuidado do cabelo natural como um direito humano.

3. COSMETOLOGIA NATURAL E SAÚDE CAPILAR

Este capítulo explora a cosmética natural como um campo que transcende a estética, afirmando-se como um meio de cuidado, saúde e empoderamento. A partir da questão "O que é um cosmético natural?", discutem-se os princípios que diferenciam esses produtos dos amplamente industrializados, com ênfase no uso de matérias-primas sustentáveis e nos benefícios para a saúde e o meio ambiente. Essa reflexão não se limita a aspectos técnicos, mas também considera o impacto das escolhas de consumo na construção de práticas éticas e culturalmente conscientes.

A discussão avança para destacar a relação entre a cosmetologia natural, a fitoterapia e a terapia capilar, evidenciando como essas abordagens promovem o bem-estar integral da pele e dos cabelos, especialmente em corpos negros. Além disso, o capítulo enfatiza a importância do resgate de saberes ancestrais e da construção de ações negras como formas de enfrentamento ao racismo estrutural presente na indústria cosmética. Nesse contexto, a valorização de práticas naturais, éticas e alinhadas à ancestralidade emerge como uma alternativa para desafiar padrões eurocêntricos, fortalecer a identidade negra e reafirmar o cuidado com nossos corpos como um ato de resistência e autonomia.

3.1 O que é um cosmético natural?

A cosmetologia, muitas vezes entendida como estudo e desenvolvimento de produtos de beleza, é também um termo em disputa, pois não se limita apenas à estética ou ao embelezamento. Em seu cerne, carrega embates políticos, históricos e culturais que impactam a forma como mulheres negras, como eu, se relacionam com esses produtos. Quando falamos de cabelo, pele ou unhas, falamos também sobre afirmação de identidade, pertencimento e respeito às especificidades que compõem nossos corpos. É por isso que entender a cosmetologia a partir de uma perspectiva que valorize a diversidade e a ancestralidade negra é essencial para romper com modelos que reforçam estereótipos e que, muitas vezes, deixam de fora quem não se encaixa em padrões impostos.

Nessa busca, um cosmético natural não representa apenas o uso de ingredientes de origem vegetal ou a redução de substâncias sintéticas; ele dialoga com práticas sustentáveis, com o cuidado da terra e com a valorização de saberes tradicionais. Mulheres como Mona Soares e Paula Breder ilustram esse compromisso, criando produtos pensados para a pele e o cabelo de mulheres negras, respeitando a pluralidade de tonalidades e texturas que compõem nossa beleza. Ao apostar em processos mais conscientes, essas iniciativas reforçam a importância de uma cosmetologia inclusiva, que celebre nossas raízes e promova dignidade e autoestima para quem historicamente foi silenciada.

No entanto, não existe definição assertiva do que se trata cosmético no Brasil. A definição mais utilizada é da Anvisa:

Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes: são preparações constituídas por substâncias naturais ou sintéticas, de uso externo nas diversas partes do corpo humano, pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral, com o objetivo exclusivo ou principal de limpá-los, perfumá-los, alterar sua aparência e ou corrigir odores corporais e ou protegê-los ou mantê-los em bom estado (Anvisa, RD nº 7 de 10/02/2015).

No Brasil, ainda não existe uma regulamentação específica para cosméticos naturais. De acordo com a certificadora europeia Cosmos, criada em parceria com outras cinco entidades (Flor; Mazin; Ferreira, 2019), produtos cosméticos devem conter uma quantidade significativa de ingredientes naturais em sua formulação para serem considerados naturais. No rótulo, deve constar o percentual de ingredientes de origem natural, que podem ser orgânicos ou não. Quando um ingrediente é orgânico, sua quantidade precisa ser especificada, ou o rótulo deve indicar “feito com ingredientes orgânicos” (Cosmos, 2023).

A Natrue, uma associação internacional sem fins lucrativos, estabelece diretrizes para assegurar que um produto seja realmente classificado como natural. Esses critérios abrangem desde a origem das matérias-primas até o produto (NATRUE, 2021). As matérias-primas devem ser naturais, minerais ou de origem animal, respeitando o bem-estar animal. Ingredientes que reproduzem substâncias naturais são permitidos apenas quando sua extração direta da natureza não é viável, e ingredientes derivados de fontes naturais podem ser usados somente na ausência de alternativas naturais equivalentes. Os conservantes permitidos devem ser idênticos aos naturais ou derivados de matérias-primas reconhecidas pela Natrue (NATRUE, 2021).

A cosmética natural, assim, amplia o conceito de cosmético para além de "algo para higienizar ou melhorar a aparência". Embora essa função seja mantida, também se acrescentam os rituais de autocuidado e conexão com a natureza, buscando um estado de bem-estar que se reflete na aparência, como aponta Mona Soares (2020).

Além disso, essa abordagem resgata a relação com a Terra e incentiva práticas que respeitam o meio ambiente e a saúde. Cosméticos naturais são elaborados com recursos da natureza para limpeza integral do corpo, respeitando a vida humana, animal e vegetal, e promovendo o desenvolvimento de novos conhecimentos e áreas de estudo. A fitoterapia, por exemplo, utiliza compostos das plantas para efeitos diretos no corpo, sendo a palavra “fito” derivada do grego “*phyto*”, que significa planta. As plantas podem auxiliar na cura e prevenção de doenças, aliviar sintomas, equilibrar condições físicas, psíquicas e energéticas, proporcionar relaxamento e melhorar o funcionamento geral do organismo, inclusive para a saúde capilar.

A perspectiva da cosmetologia natural também se apresenta como um saber de resistência e valorização da ancestralidade, não restrita às práticas de cosmetologia negra mencionadas. Durante a pesquisa, foram reconhecidas iniciativas como o curso “Crespura: beleza sem química”, promovido em outubro de 2021 pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras - ABPN, voltado para mulheres negras e profissionais da beleza e da educação.

Preservar o conhecimento ancestral, adaptando-o ao contexto atual, conforme o que Neli Gomes chama de “roupagem contemporânea”, é fundamental. Essa prática valoriza a beleza como expressão de saúde, autoconhecimento e identidade negra, e reforça a importância de ações negras que promovam saberes, saúde e resistência negra, com enfoque na saúde capilar e na valorização das experiências subjetivas que se conectam coletivamente.

3.1.1 O que é um cosmético orgânico?

Segundo a certificadora Cosmos, para que um cosmético seja classificado como orgânico, 95% de seus ingredientes devem ser processados física e quimicamente a partir de práticas orgânicas. Esses ingredientes precisam vir de sistemas de produção agrícola orgânica ou de práticas de extração sustentável, que preservem o ecossistema local (Lei nº 10.831/2003).

Em produtos como enxaguantes, aquosos ou aqueles com pelo menos 80% de conteúdo mineral, é exigido que 10% do produto seja composto por ingredientes orgânicos. Para os demais produtos, essa porcentagem sobe para 20% (COSMOS, 2023).

O IBD, principal certificadora de produtos orgânicos na América Latina, fornece um selo reconhecido internacionalmente. Suas normas para classificar cosméticos como orgânicos seguem a Lei Brasileira nº 10.831 de 2003, que regula a agricultura orgânica, bem como as diretrizes do próprio IBD e da Natrue.

Conforme a legislação brasileira, um cosmético só pode ser considerado orgânico se pelo menos 95% dos ingredientes forem orgânicos, ou 70%, se for rotulado como "Feito com Ingredientes Orgânicos", desde que estejam certificados de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e as Instruções Normativas Conjuntas nº 18/2009 e 19/2009 (IBD, 2019).

As diretrizes do IBD e da Natrue também especificam que pelo menos 95% dos ingredientes naturais de origem vegetal e animal, além de substâncias derivadas naturais, devem ser obtidos através de práticas de manejo orgânico ou de extração sustentável, conforme os padrões da Eco-Regulamentação da União Europeia [Regulamento (EC) nº 834/2007], do Programa Orgânico Nacional USDA (NOP) ou da norma da Família IFOAM de Normas (IBD, 2019).

Essas classificações resultam em selos distintos (IBD, 2019). A norma ISO 16128-2 indica que os ingredientes orgânicos devem ser obtidos inteiramente por métodos de agricultura orgânica ou colheita silvestre (Flor; Mazin; Ferreira, 2019). As diretrizes de classificação seguem normas semelhantes às da Cosmos, embora um ponto negativo seja que o guia esteja disponível apenas para compra, o que limita o acesso gratuito a consumidores e produtores (*Critical Catalyst*, 2021).

3.1.2 O que é um cosmético vegano?

Cosméticos veganos são aqueles que não utilizam ingredientes de origem animal e cuja avaliação de qualidade, segurança e eficácia é realizada sem testes em animais (SVB, 2022). A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) oferece um selo de certificação vegana amplamente reconhecido em todo o Brasil para diversos produtos. Internacionalmente, a PETA é uma organização que também certifica produtos veganos, aplicando critérios semelhantes para garantir a conformidade com os princípios veganos.

3.2 A conexão entre cosmetologia natural, fitoterapia e terapia capilar

A relação entre cosmetologia natural, fitoterapia e terapia capilar reflete o crescimento de um campo interdisciplinar e promissor, marcado pelo interesse em métodos holísticos e sustentáveis de cuidado pessoal, voltados para a saúde da pele e dos cabelos. Essa conexão baseia-se em princípios que unem o conhecimento sobre ingredientes naturais, propriedades medicinais das plantas e terapias voltadas para a saúde do couro cabeludo, oferecendo alternativas que respeitam o meio ambiente e buscam minimizar impactos negativos à saúde.

A cosmetologia natural fundamenta-se no uso de ingredientes de origem natural, que passam por processamentos mínimos, preservando a integridade de suas propriedades. Ao invés de compostos sintéticos, que podem causar irritações ou reações adversas, essa prática valoriza substâncias naturais como óleos vegetais, extratos botânicos e ceras naturais, reconhecidas por suas propriedades benéficas e baixa toxicidade (Soares, 2023). Esses cosméticos não contêm conservantes artificiais, fragrâncias sintéticas ou corantes, priorizando produtos que promovem o equilíbrio e evitam efeitos colaterais negativos para a pele e os cabelos (Anvisa, 2018).

A fitoterapia envolve o uso de plantas medicinais para prevenir e tratar doenças, e quando aplicada na cosmetologia, visa utilizar as propriedades bioativas dessas plantas para a saúde da pele e dos cabelos. Extratos de ervas, óleos essenciais e compostos como os flavonoides, taninos e polifenóis, presentes em plantas como a camomila, o alecrim e o chá verde, são comumente utilizados em produtos capilares para hidratar, nutrir e controlar a oleosidade. Estudos mostram que compostos fitoterápicos, além de proporcionarem benefícios específicos, têm ação antioxidante e anti-inflamatória, auxiliando na manutenção da saúde celular e na proteção contra agressões ambientais (Soares, 2023).

Já a terapia capilar foca na prevenção e no tratamento de problemas do couro cabeludo e dos cabelos, como queda capilar, caspa e ressecamento. Essa abordagem envolve o uso de produtos naturais e fitoterápicos que favorecem a saúde dos fios e do couro cabeludo. Extratos de plantas, como alecrim, jojoba e chá verde, são conhecidos por suas propriedades anti-inflamatórias, antimicrobianas e estimulantes da circulação sanguínea, o que contribui para um

ambiente capilar saudável e estimula o crescimento dos fios (Tisserand; Young, 2013; Heinrich et al., 2012).

A ligação entre a cosmetologia natural, a fitoterapia e a terapia capilar se revelam na aplicação dos princípios da cosmetologia natural e da fitoterapia no cuidado capilar. O uso de ingredientes naturais, como extratos vegetais com propriedades anti-inflamatórias e antioxidantes, visa não apenas o tratamento de sintomas, mas também a promoção da saúde integral do couro cabeludo e dos cabelos, com menor risco de reações adversas. Essa prática permite a criação de produtos que atendem a uma demanda crescente por alternativas mais seguras e sustentáveis, promovendo o bem-estar e a saúde capilar de maneira abrangente.

O aumento do interesse por cosméticos naturais e por terapias baseadas em plantas reflete uma mudança nas preferências dos consumidores, que buscam por produtos mais éticos e sustentáveis. Essa tendência leva a uma integração entre as áreas de cosmetologia natural, fitoterapia e terapia capilar, promovendo um cuidado que vai além da estética e engloba o bem-estar. Ao articular essas práticas, é possível desenvolver soluções holísticas e eficazes, que alinham beleza e saúde à sustentabilidade e à segurança para o consumidor.

3.3 Resgate, autonomia e ações negras - combate ao racismo e a indústria cosmética

Historicamente, a indústria cosmética promoveu e consolidou um padrão de beleza baseado em características eurocêntricas, desconsiderando a diversidade racial. Segundo Djamila Ribeiro (2019), o padrão branco foi estabelecido como ideal estético e cultural, colocando características como o cabelo crespo e a pele negra como desvios a serem corrigidos. Esse padrão excludente gerou a necessidade de procedimentos que, na realidade, representam uma tentativa de adaptação ao ideal europeu, levando pessoas negras a enfrentarem um dilema entre aceitação e resistência.

Além disso, a imposição de um padrão hegemônico afeta diretamente a autoestima e a identidade das pessoas negras, especialmente das mulheres, que são fortemente cobradas pela sociedade a se enquadrarem nos moldes estéticos impostos. Beatriz Nascimento (1989) pontua que essa imposição resulta em um processo contínuo de desumanização, em que corpos negros são marginalizados e tratados como exóticos ou diferentes. A indústria cosmética, ao se omitir

dessa discussão e ao negligenciar as demandas de mulheres negras, se torna cúmplice da exclusão e perpetuação do racismo.

Nos últimos anos, um movimento afrocentrado ganhou força na indústria cosmética, com empreendedores negros criando produtos que atendam às necessidades específicas de peles e cabelos negros. Este movimento pode ser entendido como uma forma de resistência cultural e um resgate de identidades. Como afirma Sueli Carneiro (2005), a luta pela autonomia estética não é apenas uma questão de consumo, mas uma reafirmação da identidade negra. Dessa forma, ao desenvolver produtos que respeitam as características dos cabelos e peles negras, essas iniciativas desafiam o status quo e proporcionam um espaço para a valorização da negritude.

Marcas negras, como a “*Soul Power*” e a “*Salon Line*”, ampliaram suas linhas de produtos para cabelos cacheados, crespos e ondulados, atendendo a uma demanda que por muito tempo foi ignorada. Essa iniciativa não apenas desafia o racismo estrutural da indústria cosmética, mas também incentiva uma mudança cultural, promovendo a autoestima e o empoderamento de pessoas negras ao valorizarem suas próprias características.

O resgate das raízes culturais através da estética é uma estratégia potente no combate ao racismo, pois traz à tona a pluralidade de identidades e rompe com o ideal estético homogêneo imposto pela colonização. A ideia de “autonomia estética” proposta por Lélia Gonzalez (1984) aponta para a importância de ações em que mulheres negras se sintam representadas e autônomas em suas escolhas de beleza. Segundo Gonzalez, a estética negra deve ser vista como um ato político, um caminho para desafiar a estrutura colonial e afirmar a negritude em um contexto que historicamente a desvalorizou.

Diante disso, as mulheres negras brasileiras têm utilizado redes sociais e outros meios de comunicação para divulgar suas próprias narrativas, representando-se de forma que subverta o olhar opressor. O movimento da “*Black Beauty*” nas redes sociais, por exemplo, é uma forma de resistência e uma ferramenta de empoderamento, onde mulheres compartilham suas histórias e mostram suas belezas naturais.

O combate ao racismo na indústria cosmética passa pela conscientização, pelo fortalecimento de marcas negras e pela criação de políticas públicas que regulamentem e incentivem a diversidade racial. Assim como apontado por Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade é essencial para entender as camadas de opressão enfrentadas por mulheres

negras. A criação de cosméticos que atendam às especificidades das peles e cabelos negros é um passo importante, mas ainda é necessário um esforço coletivo para transformar a indústria.

Dialogando com os pensamentos dos autores Mário Theodoro (2022) e Renísia Filice (2011), especialistas em políticas públicas, a regulação de cosméticos no Brasil necessita de um redesenho estrutural que contemple não apenas a proteção da saúde dos consumidores, mas também o enfrentamento das desigualdades históricas que permeiam o acesso a produtos seguros e eficazes. Em “A Sociedade Desigual: Racismo e Branquitude na Formação do Brasil” (2022), Mário Theodoro evidencia como as políticas públicas, frequentemente, perpetuam exclusões sociais e raciais. No campo da cosmetologia, a ausência de rigor na regulamentação de substâncias sintéticas impacta desproporcionalmente populações vulneráveis, especialmente mulheres negras, que frequentemente enfrentam barreiras no acesso à informação e a produtos de qualidade.

Renísia Filice (2011) destaca, por sua vez, a centralidade de uma educação crítica como ferramenta de empoderamento, capaz de fomentar escolhas informadas e conscientes. No contexto dos cosméticos, isso exige democratizar o acesso ao conhecimento sobre os efeitos das substâncias químicas e incentivar o uso de produtos naturais e sustentáveis, alinhados aos princípios do biomimetismo. Nesse sentido, cabe à Anvisa, como órgão regulador, implementar políticas mais rigorosas para restringir o uso de ingredientes potencialmente tóxicos ou alergênicos, promovendo um ambiente regulatório que priorize a saúde e o bem-estar da população.

O incentivo ao uso de cosméticos naturais não é meramente uma questão de preferência individual, mas um posicionamento político que desafia as dinâmicas de opressão estrutural. Trata-se de reivindicar um sistema que respeite a diversidade biológica e cultural, promovendo soluções sustentáveis e inovadoras que valorizem os saberes ancestrais enquanto enfrentam as desigualdades estruturais. Assim, a articulação entre regulação, educação e práticas de cuidado estético torna-se uma via potente para avançarmos rumo a uma sociedade mais equitativa, saudável e comprometida com o bem-estar coletivo.

Esse esforço envolve educar consumidores, apoiar empreendedores negros e pressionar grandes empresas para que assumam a responsabilidade social no combate ao racismo estrutural. Em última análise, a valorização da estética negra representa a valorização da própria identidade negra, criando referências e subvertendo o padrão hegemônico.

A luta contra o racismo na indústria cosmética é parte de uma resistência mais ampla contra a exclusão e a invisibilização de identidades negras. Ações negras, focadas na autonomia estética e no resgate cultural, são caminhos poderosos para redefinir a beleza e criar um mercado mais inclusivo. Através da conscientização e da valorização de marcas que promovam a diversidade, o combate ao racismo na indústria cosmética pode transformar padrões e inspirar novas gerações a celebrar sua negritude sem concessões.

4. ATLÂNTICO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE

Este capítulo propõe uma reflexão profunda sobre a intersecção entre ancestralidade, memória e a luta pelo direito ao corpo e à existência plena das mulheres negras. Dividido em três seções principais, ele explora como o resgate de memórias coletivas e pessoais é essencial para a saúde emocional, física e espiritual da população negra, especialmente das mulheres. Ao revisitar as raízes ancestrais, buscamos compreender como tradições, práticas e conhecimentos herdados moldam a identidade e a resistência frente às violências estruturais e simbólicas que marcam a experiência negra na diáspora. Esse movimento de reconexão com a ancestralidade é, ao mesmo tempo, uma forma de cura e de reexistência.

Na primeira seção, abordamos a relação entre ancestralidade, memórias e saúde, demonstrando como as histórias e saberes transmitidos por gerações impactam diretamente o bem-estar das mulheres negras. Em seguida, discutimos as práticas alquímicas e espirituais que resistiram ao apagamento colonial, evidenciando o papel das mulheres negras como guardiãs de saberes associados à feitiçaria, à cura e à transformação. Por fim, o capítulo examina o direito ao cabelo natural como um direito humano, enfatizando como a aceitação e celebração da estética negra é um ato político que reivindica a dignidade e a liberdade de ser. Juntas, essas três seções constroem uma narrativa que desafia as estruturas opressoras e aponta caminhos para a emancipação e a construção de futuros mais justos e equitativos.

Aqui, propõe-se analisar o Atlântico como um espaço de trânsito marcado pela interseccionalidade, que revela não só um “*locus* de opressões cruzadas”, como descreve Carla Akotirene (2019, p.15), evidenciando uma das maiores feridas do colonialismo — a história da migração forçada de africanas e africanos —, mas também como um espaço onde a população negra é agente de uma rica história intelectual e cultural, em consonância com a teoria de Paul Gilroy (2001).

Em sua obra “O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência” (2001), Gilroy propõe o conceito de “Atlântico Negro” como um espaço transnacional de fluxos culturais, históricos e identitários, onde a cultura negra não é vista como fixa ou única, mas como um processo dinâmico, moldado pela experiência da diáspora. Gilroy desafia a concepção convencional de identidade nacional e propõe uma visão que ultrapassa fronteiras geográficas e identitárias, vendo o Atlântico como um local de intercâmbio, resistência e criação cultural.

Ao focalizar o Atlântico como esse ponto de articulação e trânsito de culturas e subjetividades, ele revela as dimensões transnacionais e transatlânticas da experiência negra, mostrando como essas camadas identitárias surgem e se transformam, especialmente após o trauma da escravização e da migração forçada.

No contexto do Atlântico Negro, a interseccionalidade evidencia-se na maneira como o racismo, o sexismo, o imperialismo e o capitalismo moderno operam conjuntamente para marginalizar essas populações. A interseccionalidade, conceito amplamente refletido por Lélia Gonzalez e difundido por Kimberlé Crenshaw e posteriormente aprofundado por autoras como Patricia Hill Collins (2002) e Carla Akotirene (2019), revela como as diversas formas de opressão se entrelaçam nas experiências de pessoas negras, sobretudo de mulheres negras.

As experiências de diáspora trazem à tona como a opressão é vivenciada de forma única e complexa, especialmente para as mulheres negras que, além de sofrerem o impacto do racismo colonial, enfrentam a opressão de gênero e o apagamento de suas identidades culturais em espaços onde a norma é definida pelo patriarcado branco. Nesse sentido, a perspectiva interseccional oferece uma lente essencial para compreender as múltiplas camadas de violência e exclusão enfrentadas por essas populações.

Ainda dentro da proposta de Gilroy, o Atlântico Negro não é apenas um lugar de opressão e violência, mas também um espaço de criação cultural e resistência. A cultura negra emergiu e se fortaleceu no Atlântico, com a música, a literatura e outras formas de expressão artística como meios para recontar e reivindicar histórias. As obras culturais produzidas pela diáspora africana refletem tanto o sofrimento histórico quanto a resiliência e a inventividade da população negra.

Autores, poetas, músicos e ativistas ao longo dos séculos têm usado suas vozes para reconstruir uma identidade transnacional, que se comunica e se relaciona através das margens do Atlântico, construindo uma memória coletiva que se opõe ao apagamento colonial. A “dupla consciência” descrita por Gilroy — a constante negociação entre o “ser” e o “não-ser”, como também pontua Sueli Carneiro — torna-se uma das principais ferramentas de luta e resistência cultural.

Para Patricia Hill Collins (2002), a interseccionalidade não é apenas uma teoria, mas uma prática de resistência e um modo de ver o mundo que questiona as hierarquias de poder e seus efeitos nas vidas de pessoas negras. No contexto do Atlântico Negro, a interseccionalidade

possibilita analisar como o racismo e o sexismo estão imbricados num sistema capitalista, nas políticas neoliberais e na exclusão sistemática das populações negras.

Collins defende a interseccionalidade como uma forma de consciência crítica, uma ferramenta política que propicia a articulação e o fortalecimento de lutas antirracistas e feministas. Como afirma Carla Akotirene, o entendimento e uso da interseccionalidade em nossa realidade contemporânea não apenas ajuda a explicar como as populações negras são sistematicamente oprimidas, mas também a pensar em estratégias de combate que sejam coerentes com suas realidades.

Nesse cenário, as mulheres negras têm desempenhado um papel fundamental na preservação e na transmissão de conhecimentos ancestrais e culturais. Elas também têm sido pioneiras na produção de teorias feministas que questionam as opressões de raça e gênero, mesmo antes do surgimento do feminismo interseccional. Suas experiências e saberes revelam uma prática feminista que valoriza a ancestralidade e a coletividade, desafiando as noções individualistas e eurocêtricas da teoria.

Esta vasta produção intelectual, apesar de marginalizada na academia, é uma forma de resistência e afirmação, uma contribuição valiosa para a diáspora africana e para as lutas contra o racismo e o patriarcado. Essas mulheres não apenas representam, mas redefinem o que significa o Atlântico Negro enquanto espaço de produção intelectual e de resistência, usando seu conhecimento como ferramenta para contestar e transformar as estruturas de opressão, e, pelo cabelo, se resfriam e reinventam diariamente.

A continuidade dos saberes ancestrais no Atlântico Negro também é expressa em práticas que conectam o corpo, a saúde e a memória, como a feitura de cosméticos naturais por mulheres negras. Ao cultivar saberes de cuidado e cura, essas mulheres mantêm uma ligação com as tradições africanas e subvertem as estruturas de mercado capitalistas que exploram e precarizam o corpo negro.

Produzir cosméticos naturais e valorizar práticas de cuidado ancestral são ações que transcendem a resistência, reforçando a importância de um saber que é simultaneamente político e cultural. Em tempos de globalização e neoliberalismo, tais práticas reafirmam a autonomia e a resiliência das mulheres negras, conectando passado e presente e oferecendo uma

alternativa ao sistema de opressão interligado entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado⁵.

Esse aprofundamento do conceito do Atlântico Negro e da interseccionalidade permite compreender como essas ideias se inter-relacionam, destacando o papel central da população negra como protagonista de um saber e uma cultura que resistem e desafiam as opressões impostas pela história colonial e moderna. Dessa forma, o Atlântico Negro se consolida como um espaço de resistência, onde a memória, a cultura e o conhecimento das populações negras não apenas sobrevivem, mas florescem, abrindo novos caminhos para um futuro que valorize a diversidade e a justiça social.

4.1 Ancestralidade, memórias e saúde

Durante o período colonial brasileiro, as mulheres negras escravizadas desempenharam um papel crucial na introdução e preservação de conhecimentos de cura e práticas medicinais. Baseados em ervas, rezas e benzimentos trazidos de diversas regiões da África, esses saberes foram frequentemente marginalizados pela sociedade dominante. No entanto, tornaram-se fundamentais para a saúde e o bem-estar das comunidades afro-brasileiras, servindo como alternativas a um sistema de saúde excludente.

Segundo Beatriz Nascimento (2006), a ancestralidade negra, expressa na manutenção de práticas religiosas e curativas, revela uma estratégia de resistência cultural e afirmação identitária que se consolida e transforma ao longo dos séculos. Compreender a atuação das curandeiras negras exige uma imersão na cosmovisão africana, que valoriza o equilíbrio entre o espiritual e o físico. Lélia Gonzalez (1984) salienta que, dentro da tradição afro-brasileira, a figura da curandeira ocupa um lugar central na preservação da vida e da saúde, sendo guardiã de um saber que conecta o corpo, o espírito e a comunidade.

As práticas de cura dessas mulheres representam não apenas um legado ancestral, mas também uma forma de empoderamento e resistência. Elas desafiam as imposições de um

⁵ O conceito de cisheteropatriarcado é amplamente utilizado por teóricas feministas e decoloniais, como Patricia Hill Collins e Angela Davis, para discutir interseccionalidade e como diferentes sistemas de opressão se sobrepõem. Ele também aparece em debates contemporâneos sobre violência de gênero, direitos LGBTQIA+, feminismo interseccional e decolonialidade.

sistema médico historicamente inacessível ou excludente para as populações negras e pobres. Conceição Evaristo (2011) aponta que o conhecimento dessas mulheres subverte a lógica colonial ao propor um modelo de cura comunitário e horizontal, fundamentado na oralidade e na relação direta com a natureza. A atuação das curandeiras negras constitui, portanto, um movimento de resistência contra a marginalização, reafirmando a autonomia e a identidade dessas mulheres em uma sociedade estruturalmente racista.

No contexto contemporâneo, marcado pela busca crescente por práticas de saúde alternativas e holísticas, é imperativo reconhecer o valor das curandeiras negras. Nilma Lino Gomes (2008) destaca a recuperação dos saberes tradicionais afro-brasileiros como elementos de valorização cultural e pertencimento. O resgate e a valorização dessas práticas são essenciais não apenas para as comunidades afrodescendentes, mas para toda a sociedade, que se beneficia ao abrir-se para uma visão integradora e ancestral de cuidado.

A ancestralidade das curandeiras negras brasileiras é fundamental para entender a história e a resistência da população afro-brasileira. Essas mulheres exercem um papel substancial na preservação de saberes ancestrais, desafiando o racismo estrutural e promovendo a cura e o bem-estar através de práticas que respeitam a espiritualidade e a natureza. Dentre esses saberes, destaca-se o conhecimento na produção de cosméticos naturais, que remonta a práticas trazidas por mulheres africanas e adaptadas ao contexto brasileiro. Ingredientes locais passaram a ser utilizados para atender às necessidades da comunidade e fortalecer a conexão com a terra.

Conceição Evaristo (2011) enfatiza que o saber da mulher negra não se limita ao domínio formal, mas expande-se para uma ciência cotidiana e empírica, marcada pela transmissão oral e pela observação da natureza. Esse conhecimento, passado de geração em geração, envolve o uso de plantas medicinais e óleos naturais, combinados em receitas que promovem o bem-estar físico e espiritual. bell hooks (2019) argumenta que práticas como essas reconstróem a autoestima da população negra, oferecendo uma alternativa ao padrão hegemônico de beleza e saúde.

Ao reverenciar as práticas ancestrais de cosméticos, resgatamos e reafirmamos uma parte vital da cultura e identidade afro-brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Essas práticas, que incluem a elaboração de sabões, óleos de plantas sagradas e unguentos para o cuidado do corpo, representam um saber-fazer que dialoga

com o meio ambiente e reforça a autonomia e o poder das mulheres negras como guardiãs da cura e do autocuidado comunitário. A produção de cosméticos naturais não é apenas uma prática de beleza, mas um ato político e espiritual que conecta o passado ao presente, resistindo ao esquecimento e construindo pontes para o futuro.

A ancestralidade é um conceito central para a compreensão da identidade, memória e saúde da população negra no Brasil. A trajetória histórica e cultural dos negros brasileiros é marcada por uma herança ancestral rica e diversificada, que molda a experiência de ser negro no país e reflete-se na forma como a saúde é abordada e compreendida nessa população. O fortalecimento das raízes culturais, a valorização das memórias coletivas e o reconhecimento dos saberes tradicionais têm impacto direto na saúde mental e física das pessoas negras, atuando como elementos de resistência e cuidado.

Beatriz Nascimento (2006) e Abdias do Nascimento (1982) destacam o papel das raízes africanas como elementos de resistência e fortalecimento da identidade. Beatriz Nascimento analisou a importância do quilombo como espaço de preservação das práticas ancestrais e símbolo de resistência cultural, considerando que o fortalecimento da ancestralidade é fundamental para a construção de uma identidade negra forte capaz de enfrentar as opressões impostas pela sociedade racista brasileira. Abdias do Nascimento defende a valorização das raízes africanas como forma de resgate da dignidade e resposta ao apagamento histórico e cultural sofrido pela população negra.

A preservação das memórias coletivas, outro aspecto essencial da ancestralidade, contribui para a saúde mental da população negra ao oferecer uma conexão com o passado e fortalecer os laços identitários. Neusa Santos Souza (1983), em sua obra "Tornar-se Negro", destaca a importância da reconstrução das memórias para o processo de afirmação da identidade e combate ao sofrimento psíquico derivado do racismo. Segundo a autora, resgatar a história e valorizar os ancestrais africanos representa uma forma de cura e resistência ao trauma coletivo causado pela escravidão e pelo racismo estrutural.

No campo da psicologia, o conceito de saúde mental para a população negra tem sido abordado como um processo de resgate e reafirmação das memórias e valores ancestrais, como forma de enfrentamento das adversidades impostas pelo racismo. Virgínia Leone Bicudo (2010), pioneira no estudo das relações raciais no Brasil, argumentava que a negação da identidade e cultura negras resultava em consequências psicológicas graves, como baixa

autoestima, sentimentos de inferioridade e alienação. Para ela, a revalorização da ancestralidade e o fortalecimento das memórias coletivas são essenciais para a promoção da saúde mental na população negra.

No que tange à espiritualidade de origem africana, sua influência na promoção da saúde física e mental da população negra é significativa. O terreiro de candomblé, por exemplo, é um espaço onde a ancestralidade é cultuada e onde práticas de cura tradicionais são mantidas. Conceição Evaristo (2011) e Lélia Gonzalez (1984) ressaltam a importância da religiosidade afro-brasileira para a saúde e bem-estar da população negra. Para Evaristo, o terreiro é um local de acolhimento e proteção, onde os saberes ancestrais são mantidos e transmitidos, oferecendo cura para o corpo e para a alma. Lélia Gonzalez defende a importância de resgatar e valorizar a espiritualidade africana para a promoção da saúde integral dos negros no Brasil.

Essas práticas religiosas não apenas resgatam a conexão com os antepassados, mas também representam uma forma de resistência cultural e social. Nos terreiros, a cura é um processo que vai além do tratamento físico, envolvendo a saúde mental, emocional e espiritual. É um espaço de fortalecimento da autoestima e da identidade, que permite às pessoas negras enfrentarem o preconceito e as condições adversas de uma sociedade que historicamente marginaliza suas tradições.

O racismo estrutural no Brasil impacta diretamente a saúde da população negra, não apenas pelo acesso desigual aos serviços de saúde, mas também pelo constante desgaste psicológico que o racismo provoca. Jurema Werneck (2007), diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil, afirma que o racismo é um fator determinante na saúde da população negra, interferindo na qualidade de vida, gerando estresse e afetando tanto a saúde mental quanto a física. A luta pelo direito à saúde precisa considerar as especificidades e demandas da população negra, que enfrenta o racismo institucional e a discriminação nas práticas de atendimento em saúde.

Portanto, a ancestralidade, a preservação das memórias e a valorização dos saberes tradicionais são fundamentais para a promoção da saúde da população negra no Brasil. Autoras negras brasileiras apontam que o fortalecimento dos laços ancestrais contribui para uma maior resistência ao racismo e para o desenvolvimento de estratégias de autocuidado e bem-estar. Para que a população negra alcance uma condição de saúde plena, é necessário reconhecer e valorizar

sua cultura e identidade, promovendo políticas públicas que respeitem e integrem os saberes ancestrais em seus processos de cuidado e cura.

4.2 Mulheres negras, alquimia e cosméticos naturais

Aqui se faz necessário trazer Kabenguele Munanga (2019) para situar de onde parte o referencial de identidade negra: como algo que não pode ser compreendida como algo pronto ou inato, pois se trata de um fenômeno em constante construção, resultado de processos históricos, culturais e políticos que marcam a experiência de pessoas negras (MUNANGA, 2019). Ele enfatiza que essa identidade surge em meio a relações de poder desiguais, que historicamente silenciaram vozes negras e negaram a pluralidade de expressões culturais afrodescendentes. Nesse sentido, assumir a identidade negra é um ato político de afirmação e de resistência, pois questiona as estruturas discriminatórias e reivindica visibilidade para uma história marcada pela força e pelas contribuições da população negra.

Já Nilma Lino Gomes (2008) ressalta que a identidade negra é atravessada por contextos educacionais e pelas formas como a sociedade classifica, hierarquiza e nomeia corpos racializados. A autora sublinha a importância do reconhecimento positivo, tanto no espaço escolar quanto em outros ambientes, para que crianças, jovens e adultos negros possam construir uma autoimagem que valorize suas origens e suas referências culturais. Essa perspectiva reforça que ser negra ou negro não se resume à cor da pele, mas envolve escolhas, pertencimento e empoderamento coletivo, consolidando a identidade como uma categoria dinâmica e estratégica na luta por igualdade de direitos e pelo respeito à diversidade.

A história das mulheres negras no campo da alquimia e dos cosméticos naturais é rica em significados e remonta a práticas ancestrais que, ao longo dos séculos, foram mantidas vivas como forma de valorização cultural, autocuidado e resistência à opressão. Essas práticas transcendem o campo da beleza e se inserem num contexto político e identitário. Para mulheres negras, o uso de cosméticos naturais significa mais do que cuidar do corpo: representa a resistência contra o racismo e a revalorização de práticas culturais historicamente subestimadas (Evaristo, 2003; hooks, 2019).

O uso de cosméticos naturais e a alquimia são heranças de práticas ancestrais profundamente enraizadas no continente africano e que foram preservadas e adaptadas durante a diáspora africana. Para suprir as necessidades de autocuidado e saúde, mulheres negras

escravizadas desenvolveram maneiras de extrair propriedades terapêuticas de plantas e outros elementos naturais, utilizando o conhecimento ancestral e os recursos disponíveis. Esse legado de resistência e adaptação, transmitido de geração em geração, é parte de uma cultura de autocuidado que foi sendo preservada mesmo em contextos de extrema opressão (Hill Collins, 2002).

Essas práticas ancestrais de autocuidado reforçam a conexão com as raízes africanas, oferecendo uma alternativa cultural à hegemonia dos cosméticos industrializados, que, durante séculos, ignoraram as especificidades das peles negras. A prática de se voltar a cosméticos naturais, como óleos, ervas e plantas medicinais, reflete um movimento de resgate e preservação das culturas africanas, fortalecendo o vínculo entre a mulher negra e sua ancestralidade (Evaristo, 2003; Ribeiro, 2019).

Para autoras como bell hooks e Audre Lorde, o autocuidado transcende a estética e assume uma dimensão política e espiritual. hooks (2019) discute o autocuidado como um ato de resistência e autovalorização, especialmente em sociedades onde os corpos negros são desvalorizados e muitas vezes objetificados. A autora explica que o cuidado pessoal não se limita ao estético; é uma forma de reconectar-se com a própria identidade, valorizando-se em uma sociedade que frequentemente desumaniza corpos negros. Assim, o autocuidado se torna um meio de reivindicar um espaço de dignidade e respeito.

Audre Lorde (1988), em sua obra sobre a importância do autocuidado, define essa prática como uma forma de "preservação", um ato radical em um contexto de constante luta contra as pressões raciais e de gênero. Para Lorde, o autocuidado é uma forma de resistência, onde cuidar do próprio corpo e mente permite desafiar a desvalorização imposta pela sociedade a mulheres negras. A escolha de ingredientes naturais, vindos da própria cultura, passa a ser uma reapropriação da própria identidade e uma resistência contra padrões impostos (Lorde, 1988).

Patricia Hill Collins, em seu livro *“Black Feminist Thought”* (2002), aprofunda o conceito de "resiliência cultural" e reflete sobre como mulheres negras, ao longo da história, mantiveram e adaptaram práticas de autocuidado. Collins identifica que o uso de remédios naturais e cosméticos feitos a partir de ingredientes acessíveis não apenas serve para o cuidado pessoal, mas também representa um meio de empoderamento e resistência cultural. Essa resiliência é vista como uma resposta ao racismo e à marginalização, resgatando saberes

tradicionais e reforçando a cultura e a identidade negra em contextos em que essas mulheres enfrentam desafios diários.

Hill Collins também observa que, ao empregar cosméticos naturais, mulheres negras reafirmam suas raízes culturais e desafiam as indústrias cosméticas dominantes, que durante muito tempo marginalizaram suas necessidades. O resgate desses saberes e a escolha de ingredientes naturais, como manteiga de karité e óleo de rícino, são um ato de resistência contra os estereótipos e padrões de beleza eurocêtricos (Collins, 2002).

Conceição Evaristo, importante escritora e pensadora brasileira, discute em suas obras a importância da ancestralidade na construção da identidade negra. Ela defende que o autocuidado, especialmente através do uso de ingredientes naturais, é uma forma de conexão com o passado e com a herança africana. Para Evaristo (2003), práticas como o uso de óleos e ervas representam não só cuidados físicos, mas uma ponte com o passado e uma forma de celebrar a negritude e a própria cultura.

Evaristo também destaca que o autocuidado utilizando cosméticos naturais promove a reconexão com tradições africanas, criando uma continuidade entre o passado e o presente. Esse elo ancestral é fundamental para o fortalecimento da autoestima e da identidade das mulheres negras, que, ao cuidar de si mesmas com ingredientes naturais, reafirmam sua conexão com suas raízes e com o sentido de pertencimento à diáspora africana (Evaristo, 2003).

Com o aumento da valorização dos cosméticos naturais, muitas mulheres negras têm se destacado como empreendedoras na indústria da beleza, criando produtos que atendem às necessidades específicas de peles e cabelos afrodescendentes. Esse movimento de empreendedorismo negro também representa uma quebra de paradigmas, onde as próprias mulheres negras são as criadoras e controladoras de uma indústria que historicamente as excluiu ou as marginalizou. Ao criar produtos baseados em ingredientes naturais como manteiga de karité, óleo de coco e argila, elas reconfiguram o mercado de cosméticos, trazendo uma perspectiva cultural e de valorização da identidade afrodescendente (Ribeiro, 2019).

Esses empreendimentos, baseados em princípios de ancestralidade e sustentabilidade, não apenas promovem o autocuidado, mas também geram uma economia que valoriza a cultura negra e desafia as normas eurocêtricas dos produtos convencionais. Essa mudança no mercado de cosméticos fortalece a autoestima de mulheres negras, oferecendo-lhes produtos que respeitam suas características e reafirmam sua beleza e identidade cultural.

O uso de cosméticos naturais entre mulheres negras transcende o cuidado físico e reflete uma poderosa prática de resistência cultural e de empoderamento. A escolha de ingredientes e fórmulas ancestrais resgata a memória de práticas de autocuidado que desafiam os padrões hegemônicos de beleza e reafirmam a importância da cultura afrodescendente. Para autoras como bell hooks, Audre Lorde, Patricia Hill Collins e Conceição Evaristo, o autocuidado e o resgate de práticas tradicionais são atos políticos e espirituais que permitem a reconexão com a ancestralidade e fortalecem a autoestima e a identidade das mulheres negras.

O resgate e a valorização dos cosméticos naturais não são apenas uma escolha estética, mas uma maneira de afirmar a importância da cultura negra na construção da identidade e de resistir à invisibilização histórica que essas mulheres enfrentaram. Ao celebrar o autocuidado e os cosméticos naturais, as mulheres negras reafirmam o valor de sua cultura e se posicionam como protagonistas de suas próprias narrativas.

4.3 Direito ao cabelo natural como um direito humano

Desde o período colonial, o Brasil construiu uma sociedade marcada pelo racismo estrutural. A escravidão não apenas explorou a força de trabalho dos africanos e seus descendentes, mas também buscou desumanizá-los e apagar suas identidades culturais. Conforme aponta Lélia Gonzalez em “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano” (1988), a mulher negra foi duplamente oprimida pelo racismo e pelo sexismo, sendo seu corpo e características físicas alvos de estigmatização.

A pressão para adequar-se a padrões estéticos brancos levou muitas mulheres negras a alisarem seus cabelos, em um processo que Sueli Carneiro descreve como violência simbólica em “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero” (2011). Essa prática reflete a negação da identidade negra e a internalização de valores racistas que inferiorizam características afrodescendentes.

O direito ao cabelo natural está intrinsecamente ligado aos direitos à identidade, à dignidade e à não discriminação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) assegura que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Além

disso, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) obriga os Estados a combater a discriminação racial em todas as suas formas.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 promove a igualdade e repudia o racismo, considerado crime inafiançável e imprescritível (Art. 5º, XLII). No entanto, práticas discriminatórias persistem, como evidencia o trabalho de Nilma Lino Gomes em “Sem Perder a Raiz: Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra” (2006), que destaca como o cabelo natural é frequentemente alvo de preconceito em ambientes educacionais e profissionais.

A discriminação capilar se manifesta de diversas formas, desde comentários depreciativos até a exclusão de oportunidades. No ambiente escolar, crianças e adolescentes negros enfrentam bullying e repressão por usarem cabelos naturais, o que impacta negativamente sua autoestima e desempenho acadêmico, perpetuando ciclos de exclusão e desigualdade. A psicóloga Cida Bento, em “Branqueamento e Branquitude no Brasil” (2002), analisa como a valorização da branquitude reforça estruturas de poder e marginaliza identidades negras.

Assumir o cabelo natural é um ato de empoderamento e resistência contra padrões opressores. Djamila Ribeiro, em “O que é Lugar de Fala?” (2017), enfatiza a importância de ocupar espaços e narrar a própria experiência a partir da perspectiva negra. O cabelo natural torna-se, assim, uma forma de reivindicar a própria identidade e desafiar estereótipos raciais.

Movimentos como o "Encrespa Geral" e a crescente presença de influenciadoras digitais negras contribuem para a valorização da estética afro e promovem a representatividade. Em “Pensando como uma Negra: Raça, Feminismo e Movimentos Sociais” (2011), Sueli Carneiro destaca a relevância desses movimentos para a construção de uma consciência coletiva que combate o racismo e o sexismo.

A busca por cosméticos naturais também faz parte desse processo de empoderamento. A utilização de produtos que respeitam as características do cabelo crespo e cacheado fortalece a autonomia das mulheres negras sobre seus corpos. Nesse sentido, a produção e o consumo de cosméticos naturais estão ligados à valorização da ancestralidade e ao resgate de saberes tradicionais.

Para efetivar o direito ao cabelo natural, é fundamental a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade racial e combatam a discriminação. A Lei nº 10.639/2003,

que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, é um passo significativo nesse sentido. Nilma Lino Gomes, em “Educação, Identidade Negra e Formação de Professores” (2003), ressalta a importância da educação antirracista para desconstruir preconceitos e valorizar a diversidade cultural.

Além disso, campanhas de conscientização e a criação de espaços de diálogo são essenciais para promover mudanças culturais. A aprovação de leis específicas que proíbam a discriminação capilar, como ocorreu em alguns estados dos Estados Unidos com o "*CROWN Act*", pode servir de inspiração para iniciativas similares no Brasil.

Reconhecer o direito ao cabelo natural como um direito humano é crucial para a promoção da dignidade, identidade e igualdade da mulher negra no Brasil. É um passo necessário para enfrentar o racismo estrutural e construir uma sociedade que valorize verdadeiramente a diversidade.

A luta pelo direito ao cabelo natural é, portanto, uma luta por reconhecimento e respeito. Como mulheres negras, assumir nossos cabelos é reafirmar nossa história, cultura e resistência. É um ato político que desafia estruturas opressoras e inspira futuras gerações a se orgulhar de quem são.

5. PERCURSOS DE PESQUISA: COSMETOLOGIA NATURAL E MULHERES NEGRAS, UM OLHAR INTERSECCIONAL

O capítulo a seguir se dedica a explorar como a cosmetologia natural resgata e valoriza práticas ancestrais que transcendem o cuidado estético, conectando-se profundamente às histórias e tradições das comunidades negras. A ancestralidade é aqui compreendida como um campo fértil de saberes, em que ervas, óleos e técnicas de cuidado capilar ganham novos significados ao serem revisitados como instrumentos de resistência cultural e reconstrução identitária. Este segmento do texto investiga como a cosmética natural, em seu diálogo com as práticas tradicionais, contribui para a preservação da memória coletiva e para a reafirmação de identidades negras, ao mesmo tempo em que rompe com a hegemonia dos padrões eurocêntricos de beleza.

Avançando nessa perspectiva, o capítulo aborda como a interseccionalidade – enquanto ferramenta teórica e prática – ilumina as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por mulheres negras e posiciona a cosmética natural como um espaço de empoderamento. Entre a ciência e a feitiçaria, o texto discute como a busca por saúde capilar não apenas desafia

estereótipos raciais, mas também se transforma em uma prática de autocuidado político, afirmando a autonomia de corpos negros. Por meio de exemplos concretos, este trecho reflete sobre como a produção e o uso de cosméticos naturais fomentam redes de apoio, sustentabilidade e bem-estar, atuando como agentes transformadores na construção de uma relação mais saudável e autônoma com os cabelos e, por extensão, com a própria identidade.

Apresentar as histórias de vida, analisadas através de um olhar interseccional, das cosmetólogas coparticipantes e impactos na política no Distrito Federal. Além de compreender o Movimento de Mulheres Negras no DF que buscam a promoção da saúde através da cosmetologia natural e tratamentos fitoterápicos, através do resgate e promoção da saúde (e não só capilar) através dos saberes ancestrais. E tentar o desenvolvimento do trabalho e se há perceber como se dá uma luta política em favor de uma perspectiva antirracista e democrática, florescendo em meio a um campo cultural, social e de bem-estar e de direitos humanos?

Dessa forma, também visa analisar a proposta de cuidados naturais e/ou naturalistas, descrever como as cosmetólogas naturais trabalham se tem uma rotina saudável que inclui tratamentos botânicos, que pretende melhorar a saúde dos fios, sem o uso de químicas de mudança de estrutura. Se há a preocupação em garantia de poder assumir seus cabelos e cuidar da saúde capilar, que contribui para uma autoimagem positiva. E como pontua Mona Soares (2020), beleza é aceitação, mas também inclui saúde, bem-estar, autoestima, alegria e contato com a natureza.

4.4 História de vida: quem são elas, as cosmetólogas negras?

A seleção das coparticipantes ocorreu muito antes de esta pesquisa ser considerada uma possibilidade. Ela se deu naturalmente em minha trajetória profissional como cabeleireira especializada em cabelos naturais. Vale ressaltar que meu interesse por cosméticos naturais teve início nos corredores da Universidade de Brasília (UnB), por meio das feiras realizadas no Instituto Central de Ciências (ICC), o principal prédio acadêmico da universidade. Essas feiras promoviam o comércio de pequenos empreendedores, em sua maioria estudantes de graduação, oferecendo desde artesanatos até cosméticos naturais.

Quando ainda era estudante de Ciência Política, foi na UnB que tive meu primeiro contato com Gabriella Mendes, estudante de Ciências Sociais na época e idealizadora da marca Afrogaia. Lembro-me de sentir curiosidade e até certa relutância quanto à eficácia dos cosméticos naturais. No entanto, sempre que tinha a oportunidade, examinava os produtos, lia os rótulos e fazia inúmeras perguntas a Gabriella, buscando me convencer de que poderiam substituir os cosméticos convencionais aos quais eu estava habituada.

Foi Gabriella quem despertou minha curiosidade sobre cosméticos naturais. Ela não apenas produzia, mas também consumia e vendia seus próprios produtos. Entre os diversos pequenos empreendimentos que conheci, ela se destacava como a única dedicada a essa área. Por muito tempo, não lembro de ter visto outras pessoas produzindo cosméticos naturais. Somente alguns anos depois, já atuando como cabeleireira e tendo contato com outras marcas naturalistas, decidi experimentar os produtos da Afrogaia. Fiquei surpresa e satisfeita com a qualidade, o que me levou a consumir também produtos de várias outras marcas de Brasília.

Meu interesse inicial surgiu a partir de páginas no Instagram. Aos poucos, comecei a frequentar espaços de vendas colaborativas, onde conheci outras marcas. O que chamou minha atenção foi a predominância de marcas de cosméticos naturais criadas por mulheres brancas. Nesse cenário, apenas a Afrogaia e a Preta Alquimia eram as únicas marcas de cosméticos naturais presentes nas lojas colaborativas fundadas por mulheres negras. Infelizmente, a Preta Alquimia encerrou suas atividades durante a pandemia.

Foi também durante a pandemia de Covid-19 que conheci a Tom de Ébano, marca de cosméticos naturais criada por Ana Elizabeth e Luana, sendo Luana estudante da UnB. Descobri a marca por meio de uma postagem de uma amiga, e assim conheci a terceira marca de cosméticos naturais relativamente conhecida em Brasília criada por mulheres negras. Como ainda não conhecia as idealizadoras, fui influenciada por essa amiga e resolvi experimentar os produtos capilares, já habituada a esse tipo de cuidado. Passei a consumir e dar de presente os cosméticos das duas marcas: produtos de cabelo, corporais e para a casa.

Assim, a seleção e aproximação das participantes foram realizadas seguindo os princípios da análise de história de vida, que privilegia a compreensão aprofundada das trajetórias individuais e coletivas, especialmente em contextos marcados por interseccionalidades de raça, gênero e classe (Gonzalez, 1988; Gomes, 2003). Essa metodologia

valoriza as narrativas pessoais como forma de revelar processos sociais mais amplos que afetam grupos historicamente marginalizados, como as mulheres negras (Ribeiro, 2017).

Os critérios para a seleção das coparticipantes basearam-se em três fatores essenciais: serem mulheres negras, atuarem como formuladoras de cosméticos naturais com marca própria voltada para produtos capilares e residirem no Distrito Federal. Essa delimitação buscou garantir a homogeneidade do grupo em relação aos aspectos investigados, possibilitando uma análise mais aprofundada das experiências compartilhadas.

A aproximação com as coparticipantes ocorreu ao longo dos anos, impulsionada pela minha experiência como consumidora assídua e admiradora de suas marcas. Experimentei os produtos, indiquei-os para clientes e amigas e, com o tempo, meu interesse cresceu, especialmente com minha especialização em terapia capilar naturalista. Estabelecer uma relação de confiança foi fundamental para que as coparticipantes se sentissem confortáveis em compartilhar suas histórias de vida e percepções (BENTO, 2002). Conforme destaca bell hooks (2019), criar um ambiente de diálogo seguro é essencial para que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e valorizadas.

A primeira coparticipante foi Gabriella Silva Mendes, 26 anos, moradora da Ceilândia, licenciada em Ciências Sociais, professora de Sociologia e criadora da marca Afrogaia. As outras duas coparticipantes são namoradas e fundadoras da Tom de Ébano: Luana Carvalho, moradora do Recanto das Emas, 31 anos, estudante de Serviço Social na Universidade de Brasília, e Ana Elizabeth Lima, também moradora da Ceilândia, 29 anos, formada em Biomedicina pela Universidade Católica de Brasília. A seleção dessas mulheres permitiu explorar as intersecções entre academia, empreendedorismo e identidade racial (Carneiro, 2005).

Na técnica de pesquisa denominada análise de história de vida, a entrevista constitui um recurso central e amplamente empregado. Assim, optou-se pela técnica da entrevista narrativa biográfica, que, segundo Jovchelovitch e Bauer (2002), possibilita uma compreensão aprofundada das trajetórias individuais e de como elas se inserem em contextos sociais mais amplos. Essa técnica é especialmente relevante quando se busca entender as experiências atravessadas pela racialidade, permitindo que as participantes expressem suas vivências de forma livre e reflexiva (Akotirene, 2019).

As entrevistas, com duração média de 40 minutos a uma hora, foram realizadas nos locais de trabalho das participantes, situados no Plano Piloto de Brasília, centro da capital, distantes de suas residências, conforme as preferências indicadas por elas. A realização das entrevistas em um ambiente habitual favoreceu a criação de um espaço que deveria ser acolhedor e apropriado para o compartilhamento de histórias pessoais. Além disso, respeitar o local definido pelas participantes reflete o reconhecimento de sua autonomia e conforto, elementos fundamentais em pesquisas que envolvem narrativas pessoais (Gomes, 2003).

No caso de Gabriella, a entrevista foi conduzida de maneira descontraída, buscando explorar a história de sua marca, os motivos que a levaram a iniciá-la e como esse processo se entrelaçava com sua vivência enquanto mulher negra, periférica e universitária. O encontro ocorreu em um banco situado na praça em frente ao Ministério da Saúde, local onde Gabriella trabalha como assessora. Sob o sol quente, mas à sombra de uma árvore, nos acomodamos para dar início à gravação. Durante a entrevista, um grupo de mulheres realizou uma roda de oração e pregação, semelhante a uma sessão de descarrego, nas proximidades. Esse evento causou momentos de distração e interrupções pontuais, exigindo esforço para retomar a concentração e o fluxo da conversa diante do ambiente dinâmico ao nosso redor.

A entrevista com as idealizadoras da marca Tom de Ébano apresentou uma dinâmica significativamente distinta. Ocorreu ao final da feira agroecológica da Ponta Norte, na Asa Norte, onde elas expõem seus cosméticos todos os sábados, das 8h às 14h. As participantes estavam acomodadas em cadeiras de praia, o que contribuiu para criar um ambiente descontraído. Essa configuração favoreceu uma maior abertura nas interações, permitindo que compartilhassem suas histórias de forma mais espontânea e fluida, sem a preocupação com os eventos e movimentações ao redor.

A metodologia de história de vida adotada não apenas coleta dados, mas também atua como instrumento de empoderamento ao valorizar as experiências das mulheres negras como fonte legítima de conhecimento (Carneiro, 2005). Conforme aponta Lélia Gonzalez (1988), dar voz às mulheres negras é essencial para desconstruir narrativas hegemônicas que historicamente as silenciaram. Neste trabalho, as coparticipantes autorizaram o uso de suas identidades e histórias, se eximindo do anonimato.

Assim, a seleção e aproximação das participantes foram conduzidas com sensibilidade e respeito, seguindo os passos da metodologia de análise de história de vida e fundamentadas

em referenciais teóricos que valorizam as perspectivas de autoras negras. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada das trajetórias das coparticipantes e de como elas articulam sua identidade racial com o empreendedorismo na área da cosmetologia natural.

4.5 Cosmetólogas negras e criação de cosméticos naturais: ancestralidade x “empreender por necessidade e não por oportunidade”

Na literatura que aborda cosméticos naturais e o trabalho das raizeiras, a produção e o manuseio de plantas, óleos e outros insumos naturais são frequentemente descritos como práticas enraizadas na ancestralidade. Esses saberes, transmitidos de geração em geração, envolvem conhecimentos tradicionais sobre como hidratar os cabelos, tratar gripes ou cuidar de ferimentos (ARAÚJO, 2018; SILVA, 2020).

Contudo, um dos aspectos inesperados revelados pela pesquisa foi o relato das coparticipantes, que indicaram que o contato com a cosmetologia natural esteve relacionado à continuidade de práticas ancestrais, mas, principalmente, relacionado à busca por complementação de renda. Esse achado desafia as perspectivas homogêneas sobre a motivação e os contextos do uso de saberes tradicionais, evidenciando a complexidade que permeia essas experiências. A luta pela sobrevivência prevalecia sobre a continuidade de um legado familiar, como enfatiza Gabriella Mendes:

“Eu comecei, eu estava na universidade, e estava pensando como é que eu poderia produzir mais renda, fora do estágio e tudo mais, e aí eu tive a ideia de mexer com eu, comecei pelos sabonetes. Isso foi inspirado também na minha avó materna, que ela produz sabonetes também, e produzia quando ela morava na roça, enfim, fazia sabão de cinzas, que é um sabão bem tradicional, e ela ainda faz isso, assim, para o uso da família e tal.”

Em contrapartida, a fala apresentada revela uma conexão profunda entre o saber ancestral, e a prática econômica, que também pode ser vista como uma forma de resistência e valorização de conhecimentos herdados. O sabão da costa, também conhecido como sabão preto africano, é um produto tradicional originário de países do oeste da África, como Gana, Togo e Nigéria. Ele é elaborado a partir de cinzas de cascas e folhas de árvores nativas, incluindo a palmeira e o cacau, além de óleos vegetais, como palma ou coco. Seu tom escuro e suas propriedades naturais fazem dele um aliado para a limpeza e o cuidado da pele, podendo auxiliar

no tratamento de acne, manchas e irritações. Além de ser rico em compostos antioxidantes, o sabão da costa carrega saberes ancestrais transmitidos ao longo de gerações, constituindo um patrimônio cultural que atravessa fronteiras e se faz presente em diversas práticas de saúde e bem-estar no mundo inteiro. Neste contexto, autores como Lélia Gonzalez e bell hooks discutem a importância do saber ancestral como uma forma de resistência ao sistema dominante e como um meio de reconstrução identitária e econômica.

A autora Lélia Gonzalez (1988) fala sobre a ancestralidade como um resgate fundamental para os descendentes afro-brasileiros, uma vez que esses saberes desafiam as estruturas impostas pela modernidade eurocêntrica. O "sabão de cinzas", mencionado no relato, simboliza essa resistência ao resgatar um conhecimento praticado ancestralmente por gerações. Gonzalez argumenta que a ancestralidade é, portanto, uma ferramenta de enfrentamento ao apagamento cultural, sendo também um elemento de criação de subjetividades autônomas. O saber da avó e a transmissão desse conhecimento à neta, mesmo que de maneira indireta, manifesta-se, assim, como uma prática contra-hegemônica.

bell hooks, em "Ensinando a Transgredir" (2019), ressalta a importância de transformar o aprendizado em uma prática que dialogue com a experiência de vida, o que inclui a herança cultural e os saberes dos antepassados. Para hooks, o processo de ensino e aprendizagem é uma forma de conexão e resistência, onde cada pessoa encontra na sua própria história uma maneira de contestar as imposições sociais e econômicas. No caso dessa neta, ao inspirar-se na avó para produzir sabonetes artesanais, há uma reinterpretação de um conhecimento que, ao mesmo tempo em que gera renda, fortalece o vínculo com o saber ancestral e questiona o capitalismo que exclui e marginaliza os conhecimentos não-institucionalizados.

Além disso, a obra de Sueli Carneiro, em "Enegrecer o Feminismo" (2011), discute a valorização de conhecimentos que não se originam na academia, mas que possuem grande valor cultural e de resistência. Carneiro sugere que esses saberes — como o sabão de cinzas, uma prática comum entre povos africanos e afro-brasileiros — contêm uma "tecnologia social" de sustento e resistência. Esta prática, passada de geração em geração, é valorizada como um saber autônomo e essencial para a sobrevivência e o bem-estar das comunidades negras, atuando como uma contraposição à ciência eurocêntrica e aos modos de produção convencionais.

Esse diálogo com os saberes ancestrais evidencia que a relação com o conhecimento é multifacetada, envolvendo não apenas a perpetuação cultural, mas também o questionamento

do que é considerado válido como saber. A produção de sabão e sabonetes pela jovem, inspirada nas práticas de sua avó, revela que a ancestralidade é também um recurso econômico e social — um saber que, embora nascido no seio familiar e passado informalmente, representa um valor de resistência e reinvenção.

Portanto, ao olharmos para essa fala com as lentes das reflexões teóricas de Gonzalez, hooks e Carneiro, compreendemos que práticas como essa não são meras reproduções do passado, mas sim atos de reafirmação de identidade e resistência cultural que geram valor tanto financeiro quanto simbólico.

Para Luana e Ana Elizabeth, o espírito do empreendedorismo negro como uma estratégia de sobrevivência e resistência diante das adversidades sociais e econômicas que marcam a trajetória de pessoas negras no Brasil também concorreu com a ancestralidade. As cosmetólogas compartilharam que a produção e feitura dos cosméticos se deu como uma fonte de renda extra:

“Porque a gente pensou em um sabonete para uso próprio e a gente também viu na Tom de Ébano uma fonte de renda, no momento da pandemia, né, um momento muito incerto, naquela época eu estava desempregada, eu tinha recentemente saído do shopping, eu trabalhava em shopping antes da Tom de Ébano, e aí eu comecei com a loja e depois eu ingressei na universidade, né, então aí a gente foi mantendo. A Ana também se formou, ainda não conseguiu o emprego, então a gente viu na Tom de Ébano um potencial de ter uma fonte de renda”.

Sueli Carneiro, em suas discussões sobre a sobrevivência e resistência da mulher negra, especialmente em contextos de exclusão social e econômica, reforça que, para mulheres negras, o empreendedorismo é também um caminho de fortalecimento e afirmação de identidade. Em “Enegrecer o Feminismo” (2011), Carneiro destaca que muitas mulheres negras encontram no empreendedorismo uma forma de resistência ativa ao racismo e ao sexismo. A criação da Tom de Ébano exemplifica essa força transformadora: a marca surge não só para atender a uma necessidade imediata de geração de renda, mas também para afirmar a autonomia e resiliência das suas fundadoras, que enfrentaram o desemprego e a informalidade com uma alternativa de negócio.

O empreendedorismo negro, especialmente entre mulheres, é, portanto, uma forma de resistência e uma estratégia de sobrevivência que desafia a lógica da exclusão racial e de gênero. Tomando como base as contribuições de Carneiro, compreende-se que a criação de um negócio como a Tom de Ébano não apenas gera renda em tempos de crise, mas também fortalece

identidades e afirma a capacidade de auto-organização, impulsionando uma narrativa de autonomia e de superação coletiva.

4.6 Afinal, o que é cosmético natural?

De acordo com a literatura, cosméticos naturais são definidos como produtos desenvolvidos predominantemente a partir de matérias-primas de origem natural, como extratos vegetais, minerais e substâncias provenientes de fontes renováveis, utilizando o mínimo de componentes sintéticos ou químicos potencialmente nocivos. Mona Soares (2023) aponta que os cosméticos naturais têm como objetivo reduzir o impacto ambiental e garantir maior biocompatibilidade com a pele humana, diferenciando-se dos cosméticos convencionais pela ausência de petroquímicos, parabenos, sulfatos e fragrâncias artificiais. No entanto, Gabriella Mendes traz uma percepção mais simples e palpável:

“Eu entendo o cosmético natural como algo muito mais simples do que as pessoas costumam associar a isso, porque assim, a apropriação dos produtos de cuidado com a pele, de beleza, pela indústria, é muito recente. A gente já fazia isso de várias formas, no antigo Egito, em produção de maquiagem inclusive. A gente sempre utilizou insumo natural pra cuidar do nosso corpo e da nossa pele. (...) E aí eu entendo assim, por definição que é um produto que tenha ali uns 95% da sua composição de insumos naturais e... acho que é isso”.

Gabriella Mendes enfatiza a ancestralidade do uso de ingredientes naturais em produtos de beleza, citando práticas desde o Antigo Egito. Ela destaca que a indústria se apropriou recentemente desses produtos e sugere que, por definição, um cosmético natural é aquele que possui cerca de 95% de sua composição feita de insumos naturais. As cosmetólogas Luana e Ana Elizabeth também apresentam perspectivas complementares sobre o conceito de cosméticos naturais, sendo para elas:

Ana Elizabeth: “Eu acho que são cosméticos feitos com matéria-prima natural”.

Luana: “É também tipo, pensado pra um consumo consciente, produtos que não vão agredir o meio ambiente, produtos que tem benefícios também pro seu corpo”.

Luana adiciona uma dimensão ambiental e de saúde, mencionando o consumo consciente e a importância de produtos que não agredem o meio ambiente e que trazem benefícios para o corpo. Além disso, a ênfase de Luana no consumo consciente e na não agressão ao meio ambiente está em consonância com estudos sobre sustentabilidade em cosméticos. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e

Cosméticos (ABIHPEC), há uma tendência crescente no mercado por produtos que atendam a critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Portanto, as falas se complementam ao abordar aspectos-chave dos cosméticos naturais: a composição predominantemente natural, a utilização de matérias-primas naturais e a preocupação com o impacto ambiental e a saúde do consumidor.

Em geral, o termo “cosmético natural” ainda carece de uma definição padronizada, o que dificulta a regulamentação e o reconhecimento no mercado. De acordo com Soares (2023), isso gera a necessidade de certificações específicas que assegurem ao consumidor a veracidade dos ingredientes naturais na formulação. Conceição (2017) destacam que a crescente demanda por esses produtos está relacionada com uma conscientização maior dos consumidores sobre os impactos ambientais e os riscos de ingredientes sintéticos na saúde.

Cabe ressaltar que as cosmetólogas aqui apresentadas não se restringem a produção de cosméticos naturais capilares, elas possuem catálogo com cosméticos corporais e produtos para casa como velas e *home spray*, também por isso uma perspectiva mais abrangente do uso de cosméticos e suas multifuncionalidades.

Pra mim, além de os cosméticos naturais serem uma alternativa saudável, biocompatível e com melhor performance do que os produtos convencionais, tendo em vista que privilegia ingredientes vegetais e técnicas de extração sustentáveis; os cosméticos naturais podem ser alternativas acessíveis e autônomas para nós, mulheres negras.

4.7 Caminho para os cosméticos naturais capilares

Partindo de um lugar pessoa, o uso de cosméticos naturais tornou-se parte da minha rotina devido à experiência no primeiro salão em que trabalhei, onde se adotava uma filosofia naturalista para tratamentos capilares através da marca PB Fitocosméticos do Brasil, uma linha de produtos livres de sulfatos, petrolatos, silicones e fragrâncias sintéticas, com foco na regeneração profunda dos fios. Paula Breder, idealizadora da marca, é cabeleireira, fitoterapeuta e acadêmica em Biomedicina, consolidando-se como uma importante referência tanto para minha trajetória pessoal quanto para minha atuação profissional.

Paula Breder desenvolveu uma abordagem inovadora para o tratamento capilar, fundamentada no uso de ativos naturais e na fitoterapia. Seu trabalho evidencia os danos provocados pelo uso de produtos químicos, tanto em curto quanto em longo prazo, além de examinar os impactos emocionais associados a essas práticas. A partir dessa perspectiva, ela promove o empoderamento por meio do cuidado natural, incentivando profissionais a buscarem conhecimento aprofundado e propondo uma concepção de cabelo saudável, livre de química, que valoriza a individualidade e desafia padrões estéticos hegemônicos.

Essa filosofia também influenciou profundamente minha trajetória, levando-me a substituir todos os cosméticos que utilizava em minha rotina. Essa experiência ampliou meu olhar, possibilitando uma compreensão mais abrangente sobre cosméticos naturais feitos por uma mulher negra para atender as demandas de cabelos que simbolizam a identidade negra, e, fundamentalmente, o biomimetismo e seus benefícios. Inspirada por esse conhecimento, dediquei-me a experimentar e compreender como esses produtos poderiam trazer benefícios às minhas clientes, alinhando práticas de cuidado capilar com valores de autonomia e autenticidade.

Para Gabriella Mendes, a transição para os cosméticos naturais representa um processo profundo de autoconhecimento e empoderamento, vivenciado por muitas mulheres negras no cuidado com seus cabelos. Como destaca Nilma Lino Gomes (2019), esse processo se dá em um contexto histórico e social marcado pela marginalização e desvalorização da estética afro-brasileira. Assim, Gabriella afirma:

“Eu já usava produtos, insumos naturais não acabados no meu próprio cabelo. Por já mexer, saber ali que tipo de mistura eu posso fazer e tal, que meu cabelo vai responder bem. Como produto pronto pra pessoa só comprar e consumir, eu não tinha. E aí isso foi uma coisa que foi aparecendo, vindo das minhas clientes. E aí eu decidi testar pela via do cosmético sólido, por entender que era mais alinhado à proposta da marca também, redução de plástico e tudo mais. Aí eu experimentei fazer sólido, que me custou basicamente entender como é que eu faria pra solidificar aquele produto e deixar ele mais complexo pros fios”.

Além disso, a transição para o desenvolvimento de cosméticos sólidos, descrita por Gabriella, reflete uma abordagem que dialoga com o “Guia Essencial da Beleza Natural” de Mona Soares (2023). Nesse contexto, Gabriella demonstra um compromisso com a sustentabilidade e a redução do impacto ambiental através da cosmética. O trabalho para solidificar produtos e torná-los complexos para diferentes tipos de fios evidencia um processo criativo que une ciência, natureza e funcionalidade, reafirmando a prática de um consumo consciente. Essa postura reforça não apenas a relação com as demandas de suas clientes, mas

também uma ética que privilegia a relação harmoniosa entre os seres humanos e o meio ambiente.

Para Luana e Ana Elizabeth, o processo se deu pela materialização, e suas iniciativas de autocuidado. Partindo de uma abordagem artesanal, que inicialmente focava na produção de sabonetes, elas expandiram suas atividades para incluir produtos personalizados que atendessem às demandas específicas de pele e cabelo. Esse movimento não apenas desafia a padronização dos mercados convencionais, mas também reposiciona as próprias narrativas de beleza e cuidado, resgatando saberes ancestrais e promovendo a autonomia econômica. Como argumenta Gomes (2019) em "Sem perder a raiz", a valorização da identidade negra passa pela reconstrução de espaços de pertencimento, nos quais a estética e o cuidado desempenham papéis centrais, e afirmam:

“Começamos pelo sabonete de erva doce, né, que foi o intuito da gente fazer, começamos a fazer também sabonete de argila e começamos vendendo para as pessoas que a gente conhece e a gente foi vendo a aceitação a partir disso, e aí a gente pensou em se especializar mais. E então a gente comprou um outro curso também que aí já foi um pouco mais aprofundado, que já envolvia outros produtos corporais, hidratantes, máscaras de argila; e depois a gente teve a ideia também de vir com as velas, e aí nós fomos aumentando nosso catálogo ao decorrer desse ano, de todo esse tempo, né. E a gente fazia os produtos capilares com base glicerizada, que é uma base que a gente não tem uma noção da onde vem, as matérias-primas e tal e a gente veio aprimorando isso, a gente veio aprimorando cada vez mais esses produtos capilares e hoje é um dos fortes produtos que saem na nossa marca, saem bastante shampoo e condicionador sólido”.

A prática de Ana Elizabeth e Luana também dialoga com os saberes tradicionais e a reconexão com a natureza, como enfatiza Soares (2020), visto que a elaboração artesanal de produtos que respeitam as especificidades do corpo negro reflete uma relação íntima entre o cuidado corporal e a sustentabilidade, ampliando o debate sobre o consumo consciente e a resignificação do que significa "cuidar de si".

O processo de aprendizagem descrito, que incluiu a realização de cursos e a busca por técnicas mais aprofundadas, reflete a determinação em desenvolver produtos que tenham uma base de qualidade e que atendam às necessidades de clientes que valorizam um consumo consciente e alinhado à sustentabilidade. Essa busca por autonomia e independência está em linha com o que Nilma Lino Gomes (2008) descreve como “educação emancipadora”: o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que permitam à comunidade negra romper com a dependência e se capacitar para atuar em suas próprias condições e padrões de excelência.

Gabriella, Ana Elizabeth e Luana também encontram ressonância com os ensinamentos de Dona Flor (2022) em "O partejar e a Farmacopeia de Dona Flor", que reforça a importância de preservar os saberes populares, especialmente aqueles vinculados à medicina natural e ao bem-estar integral. Dessa forma, as empreendedoras se posicionam como guardiãs de um conhecimento que alia tradição e inovação, impulsionando práticas de cuidado que atravessam gerações.

4.8 Cosmetologia natural como fonte de renda principal

A cosmetologia natural tem emergido como uma importante fonte de renda, especialmente entre empreendedoras negras, que encontram no setor uma forma de cultural e valorização da ancestralidade. A fala de Gabriella, da marca Afrogaia, exemplifica como o início da pandemia impulsionou o consumo de produtos naturais e artesanais pela internet, criando uma oportunidade única de crescimento econômico em um cenário de instabilidade financeira. Gabriella destaca que o “boom” de vendas ocorreu justamente porque as pessoas estavam redescobrimo novas formas de consumir e, ao mesmo tempo, buscando maior conexão com produtos naturais:

“No começo da pandemia, meu estágio acabou, eu não tinha outra renda e aí deu um boom imenso de pessoas consumindo pela internet, que as pessoas não tinham ideia de onde é que a gente estava se metendo, nem as consequências financeiras disso. E aí eu vendi muito, muito, muito mesmo. Foi o ápice da minha renda com a Afrogaia”.

Para a Tom de Ébano, Ana Elizabeth argumenta:

“A galera vende cosmético como um *hobby*. A maioria das pessoas que a gente conhece é assim, só uma segunda com um monte de renda. E a gente também quase não vê a persistência das pessoas nesse ramo (...) E percebem também que não é tão barato produzir, não se produz de qualquer jeito, qualquer matéria-prima. A gente não conhece ninguém que faz cosmético porque é a primeira renda da família, só a gente”.

Já o depoimento de Ana Elizabeth, da marca Tom de Ébano, traz uma visão crítica sobre a percepção da cosmetologia natural como um “*hobby*” ou fonte de renda secundária, subestimando as complexidades envolvidas no setor. A produção de cosméticos naturais, segundo ela, exige um investimento considerável em matérias-primas de qualidade e uma compreensão das técnicas de formulação que assegurem eficácia e segurança para os consumidores.

O que se observa nos relatos de Gabriella e Ana Elizabeth é um contraste entre o potencial de lucro que o setor oferece e as dificuldades enfrentadas para consolidá-lo como fonte de renda principal. Enquanto Gabriella relata um crescimento momentâneo impulsionado pela pandemia, Ana Elizabeth destaca a ausência de persistência e de incentivo para que o setor seja visto como uma fonte primária de renda familiar. Para essas empreendedoras negras, a cosmetologia natural vai além do simples lucro, representando uma forma de empoderamento e resistência cultural.

4.9 Especialização e expansão da marca

Gabriella, da Afrogaia, explicou que, conforme o processo avançava, ela passou a ter recursos financeiros para investir em conhecimento na área de cosmetologia, o que permitiu aperfeiçoar seu trabalho durante o próprio processo. Luana, da Tom de Ébano, relatou que elas começaram comprando um curso e, ao aprenderem a fazer sabonete de erva-doce—que era o objetivo inicial—, também iniciaram a produção de sabonete de argila. Elas começaram a vender para pessoas conhecidas e, ao perceberem a boa aceitação, decidiram se especializar ainda mais.

As falas de Gabriella e Luana evidenciam uma experiência empreendedora e de autodescoberta que está fortemente ligada à valorização dos saberes ancestrais e à construção de um novo protagonismo econômico e cultural, temas centrais na literatura acadêmica de autoras negras brasileiras. Esses relatos demonstram um caminho de emancipação que ocorre a partir de estratégias de formação e aperfeiçoamento técnico, promovendo o resgate e a adaptação de saberes populares para o mercado contemporâneo.

Gabriella menciona como o acesso ao recurso financeiro foi um fator crucial para sua formação em cosmetologia. Esse processo de capacitação representa uma resposta ao que Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2005) identificam como uma estratégia de resistência frente a uma sociedade que historicamente marginaliza o acesso das mulheres negras à educação formal e ao mercado. Carneiro, em suas discussões sobre a epistemologia do saber negro feminino, aponta que mulheres negras buscam constantemente alternativas para construir seus

conhecimentos e se profissionalizar, rompendo com estereótipos e resistindo às formas de opressão que dificultam seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Por outro lado, o relato de Luana sobre o início de sua trajetória com um curso de sabonetes e a busca pela aceitação do produto no mercado remete ao que bell hooks (2020) define como a criação de uma economia de afetos. Luana e sua parceira começaram vendendo para pessoas próximas, evidenciando o papel das redes sociais e afetivas no fortalecimento de seus empreendimentos. Segundo autoras como Djamila Ribeiro (2017), essa mobilização inicial nas relações comunitárias e de confiança é uma característica fundamental dos empreendimentos de mulheres negras, pois reforça o conceito de "afroempreendedorismo", onde os laços afetivos fortalecem o capital cultural e social.

As declarações refletem um aprendizado prático, construído na prática diária, que encontra respaldo no conceito de “educação não-formal” e de valorização do conhecimento intuitivo, como descreve Nilma Lino Gomes (2019). A trajetória de especialização que Gabriella e Luana relatam revela que o processo de aprender-fazendo é uma ferramenta importante para a autonomia financeira e social das mulheres negras. Dessa forma, ao buscarem formação e se especializarem, elas não só aperfeiçoam seus produtos, mas também desafiam as estruturas que tradicionalmente limitam seu acesso à capacitação e ao crescimento econômico.

4.10 Desafio de empreender e falta de recursos

Gabriella, fundadora da Afrogaia, afirmou que decidiu interromper a produção de cosméticos para se dedicar ao ensino de como fabricá-los, justificando essa escolha com base em uma análise do "custo humano" envolvido na manutenção de uma produção artesanal. Ana Elizabeth, da Tom de Ébano, comentou que frequentemente ressalta a Luana que, se tivessem recursos financeiros suficientes, estariam em outro patamar, pois poderiam evitar a sobrecarga de realizar todas as etapas sozinhas. Para Ana, a falta de recursos humanos e financeiros é um impeditivo significativo, destacando que apenas quem já possui capital consegue expandir e prosperar no setor.

Empreender no Brasil, especialmente em áreas que demandam produção artesanal e conhecimentos especializados, como a cosmetologia natural, é uma tarefa desafiadora,

amplificada para mulheres negras por limitações estruturais e socioeconômicas. As experiências de Gabriella, Ana Elizabeth e Luana refletem uma realidade comum entre empreendedoras negras: a necessidade de acumular múltiplas funções devido à ausência de capital e suporte operacional.

A declaração de Gabriella — “Estou parando de fazer cosméticos e ensinando a fazer. Mas é uma coisa que veio de análise de custo humano do que é manter uma produção artesanal” — revela a complexidade de equilibrar as demandas do trabalho artesanal com o impacto pessoal. Sua decisão de priorizar a transmissão de conhecimento sugere que a sustentabilidade de seu negócio não pode ser dissociada do cuidado com sua saúde e bem-estar. Esse ponto encontra eco na literatura acadêmica, que aponta que mulheres negras enfrentam desafios desproporcionais em razão do racismo estrutural e do sexismo. Essa dupla opressão resulta em uma carga de trabalho excessiva, muitas vezes culminando em desgaste físico e emocional que compromete tanto a saúde quanto a longevidade de seus empreendimentos.

A fala de Ana Elizabeth — “Eu falo pra ela (Luana), se a gente tivesse dinheiro, a gente ia estar em outro patamar porque a gente não ficaria sobrecarregada fazendo tudo” — evidencia o impacto da falta de capital financeiro e humano no desenvolvimento de negócios. A ausência de recursos impede que essas empreendedoras contratem mão de obra ou invistam em infraestrutura, restringindo-as ao modelo de autoemprego, no qual centralizam todas as operações. Tal limitação é reflexo de barreiras sistêmicas, incluindo dificuldades de acesso ao crédito e a redes de financiamento, conforme apontado por Bento (2018).

Além disso, a noção de “empoderamento econômico incompleto” descrita por Gonzales (2017) é pertinente para compreender as barreiras enfrentadas por mulheres negras empreendedoras. Embora essas mulheres frequentemente demonstrem autonomia e competência na gestão de seus negócios, a exclusão histórica e o racismo estrutural dificultam o acesso a recursos que viabilizariam o crescimento de suas empresas.

Portanto, os relatos transcendem suas experiências individuais, ilustrando um panorama estrutural de desigualdade no empreendedorismo negro feminino no Brasil. Suas histórias reforçam a urgência de políticas públicas e iniciativas que promovam equidade no acesso a recursos financeiros e operacionais. Apenas com ações concretas será possível criar um ambiente mais inclusivo e justo, onde mulheres negras possam alcançar todo o potencial de seus empreendimentos.

4.11 Investimento e a impossibilidade de expansão da marca

O investimento e a expansão de marcas no contexto de empreendimentos negros brasileiros podem ser analisados à luz das falas de Gabriella e Ana Elizabeth. Esses relatos destacam, de maneira crítica, desafios estruturais enfrentados por empreendedores negros para obterem apoio financeiro e operacional adequado, mesmo diante de um mercado ávido por novas iniciativas culturais e de diversidade. Gabriella, da marca Afrogaia, menciona a complexidade de regularizar e expandir um empreendimento sem o apoio financeiro que ofereça segurança e confiança, fatores imprescindíveis para qualquer parceria significativa:

“Eu recebi alguns convites de investimento, de bancarem regularização, porque também é um processo bem complexo. Mas nunca de uma pessoa que eu sentisse confiança de dividir isso, sabe? (...) Conversando com pessoas que são empresárias em outras áreas, eu percebo que é uma linha de produção muito grande. E são muitas etapas até chegar ao consumidor final e dar conta de tudo isso, exige uma estrutura que eu não tinha, entendeu?”.

A fala dela reflete um receio que potenciais investidores podem não compartilhar dos mesmos valores ou visões de Gabriella, e essa sensação de vulnerabilidade é intensificada pela falta de estrutura e acesso a redes de apoio ou a conhecimentos de gestão empresarial. Gabriella expõe, assim, uma desvantagem estrutural para empreendedores negros que se encontram à margem do sistema financeiro tradicional. Já Ana Elizabeth, representando a Tom de Ébano, traz à tona a disparidade de condições entre o acesso de empreendedores negros e brancos a recursos de investidores-anjo e a mentoria especializada:

“Na mentoria que a gente fez agora do Ministério da Cultura, eles só falaram que tem que investir mas a gente não tem dinheiro. Tinha uma galera de startup e nas reuniões presenciais tinha uma galera que investe milhões. E eles têm fornecedores anjos que investem na sua empresa sem saber se vai dar certo, ninguém nunca investiu na nossa empresa”.

Ao mencionar sua participação em uma mentoria promovida pelo Ministério da Cultura, ela evidencia a falta de incentivos financeiros para pequenas empresas negras, em contraste com startups privilegiadas que frequentemente captam milhões em investimentos. Segundo pesquisa, investidores-anjo tendem a aplicar capital em negócios que apresentam afinidade cultural e social com seu próprio contexto, o que marginaliza empresas que não correspondem a esse perfil. Nesse sentido, até para iniciativas governamentais falta pensar em políticas que

ajam com equidade racial, como aborda Mário Theodoro (20, para diminuir o ciclo de exclusão econômica entre empreendedores negros, impedindo o acesso a fundos de risco e a investidores influentes.

Essas falas revelam, portanto, como a ausência de capital e a desconfiança na estrutura de investimento criam um ambiente hostil para a expansão de marcas negras. Empreendedores como Gabriella e Ana Elizabeth enfrentam barreiras que vão além da falta de recursos: eles precisam lidar com a limitação estrutural que lhes nega o pleno acesso ao mercado formal de investimentos. Em conclusão, esse cenário exige políticas públicas e práticas inclusivas no mercado de capitais que compreendam e apoiem o crescimento sustentável de empreendimentos negros, reconhecendo suas particularidades e demandas específicas.

4.12Cosmetologia natural e critérios raciais

Como cabeleireira e terapeuta capilar naturalista, tanto nos atendimentos quanto no uso pessoal, consumo exclusivamente cosméticos naturais. Enquanto mulher negra, e considerando que outras mulheres negras compartilham essa vivência, enfrentei dificuldades significativas em encontrar dados sobre cosmetólogas em Brasília ou sobre o consumo de cosméticos naturais na região.

Em minha prática, observo que mais de 70% das clientes brancas possuem maior facilidade em acessar cosméticos naturais. Isso não apenas reflete uma disposição em consumir esses produtos, mas também uma associação com uma imagem de modernidade e sofisticação dada um estilo de vida mais saudável. Essa realidade contrasta com as experiências de mulheres negras, para quem o acesso pode ser mais limitado, devido a barreiras financeiras ou culturais.

Além disso, as cosmetólogas coparticipantes desta pesquisa apresentam percepções diversificadas, porém alinhadas, sobre como raça e gênero influenciam o consumo de cosméticos naturais. Gabriella trouxe reflexões relevantes sobre as dinâmicas entre profissionais e clientes, destacando aspectos que reforçam essas diferenças:

“A cosmetologia natural no Distrito Federal é dominada por mulheres brancas são poucas as marcas de mulheres negras, pessoas negras no geral, muitas, muitas, muitas mulheres brancas endinheiradas que tem condições de fazer dedicação exclusiva a

esse tipo de trabalho. E aí também tem um outro lado disso que é normalmente pessoas negras tendem a procurar marcas como a minha e aí assim, se constrói tem um tipo de troca diferente também, né, assim de eu ser uma pessoa que não tenho cabelo alisado, que não tenho a pele branca, que estou dizendo pode usar esse produto aqui que a sua pele não vai ficar cinza, seu cabelo vai ficar realmente hidratado, enfim”.

Ana Elizabeth e Luana corroboram com a perspectiva:

Luana: “98% são pessoas brancas.”

Ana Elizabeth: “De 30 a 40 anos.”

Luana: “Aham, de 30 a 40 anos. Mulheres.”

Ana Elizabeth: “Mulheres. Aí tem 1% de gays e 1% de negros.”

Luana: “É, a gente sabe isso porque a gente já fez uma pesquisa.”

Ana Elizabeth: “E é isso, são muitos gays, mas a maioria são brancas aqui do Plano.”

Luana: “Porque até mesmo, eu acho que nesse território aqui, tem pouquíssimas pessoas negras. E quando a gente vê pessoas negras, geralmente elas vêm de fora, elas não são daqui de Brasília. Então acho que a maior parte dos moradores da quadra, que são daqui de Brasília, são pessoas brancas de meia idade. Aqui dessa quadra”.

As falas em questão revelam aspectos fundamentais sobre a relação entre raça, empreendedorismo e a estética no Brasil, particularmente no setor de cosmetologia natural no Distrito Federal. Os depoimentos ressaltam uma disparidade racial no acesso ao mercado de cosméticos naturais, destacando a prevalência de marcas geridas por mulheres brancas em contraste com a presença minoritária de mulheres negras e pessoas negras no geral. Além disso, indica que, apesar de uma lacuna na representatividade empresarial negra, consumidores negros demonstram uma preferência por produtos desenvolvidos por pessoas que compartilham experiências e características físicas semelhantes, especialmente no que tange aos cuidados com a pele e cabelo.

Os produtos de marcas dirigidas por pessoas negras oferecem um valor adicional além da função cosmética: uma validação cultural e identitária para os consumidores. A compra de produtos de beleza feitos por negros para negros pode representar uma forma de resistência contra os padrões de beleza hegemônicos. Ao confiar em uma marca gerida por uma pessoa que compartilha suas experiências, consumidores negros encontram um tipo de representatividade que resiste ao embranquecimento dos cuidados estéticos e ao apagamento das necessidades específicas de seus corpos, como a hidratação e a tonalidade natural da pele, mencionadas na fala inicial.

No que diz respeito ao aspecto da exclusividade financeira mencionado, entende-se que mulheres brancas endinheiradas têm mais acesso a recursos financeiros, tempo e redes de apoio que facilitam a dedicação exclusiva ao desenvolvimento de negócios. Essa barreira financeira reflete as desigualdades socioeconômicas que afetam desproporcionalmente mulheres negras

no Brasil (Carneiro, 2003). Ao longo do tempo, essas disparidades contribuíram para a marginalização das mulheres negras em setores de alta demanda, como a cosmetologia, ao mesmo tempo em que limitam suas oportunidades de ascensão econômica e empreendedorismo.

Portanto, os relatos não só apontam para o monopólio de mulheres brancas no setor de cosméticos naturais, mas também sublinham a importância da representatividade na oferta de produtos cosméticos destinados à população negra. Ela reflete uma dinâmica na qual o consumo vai além da utilidade, servindo como um espaço de empoderamento, identificação e resistência.

4.13 O Impacto da Cosmetologia Natural como resistência e transformação

Para as coparticipantes, a cosmetologia natural tem sido um fenômeno de transformação não apenas econômica, mas também cultural e social, especialmente no que diz respeito à valorização de práticas ancestrais e ao protagonismo de mulheres negras nesse segmento. Sob o prisma das reflexões de Nilma Lino Gomes sobre a valorização das raízes afro-brasileiras e a resistência cultural, é possível contextualizar esse crescimento como parte de um movimento mais amplo de empoderamento e ressignificação de identidades.

Gabriella analisa que, quando começou, o mercado era limitado, com poucas marcas e consumidores ainda pouco familiarizados com os benefícios e os valores que esse tipo de produto propõe. Contudo, nos últimos anos, “esse setor quintuplicou” em visibilidade e alcance, tanto em termos de produção local quanto de consumo, avalia ela através de suas impressões pessoais e profissionais:

“Eu vejo que quando eu comecei isso era uma coisa que tinha uma escala muito menor, a cosmetologia natural, no DF, se via pouco, eram poucas marcas, as pessoas consumiam bem menos.... De lá pra cá, eu diria que quintuplicou a quantidade de marcas que eu tenho conhecimento e que muito provavelmente tem bem mais. Eu sinto que teve um impacto interno de mim quanto pessoa que fala, que vende, que tem confiança no próprio trabalho, das pessoas que trabalharam comigo, vi esse crescimento acontecer também e também vindo de fora, meus pais, inclusive, eles começaram a levar a sério a minha marca quando saí no jornal. Aí saí na tv algumas vezes, fui chamada pra fazer feira pelo *facebook* e isso foi tomando proporções, pessoas comprando de mim de fora do país, quando vendia na Markant, que fazia esse tipo de envio e aí isso foi tomando proporções muito para além do que eu imaginava. E eu também sinto que isso teve um impacto social, em termos de de onde eu venho, de como as pessoas se enxergam, de ser vista como referência na cosmetologia, de encontrar muitas pessoas que falam “ah, eu já te conheço da afrogaia” e eu não sei quem são essas pessoas. Então, eu fui tendo respostas muito positivas vindas de fora também, senti que eu pude crescer bastante nesse processo”.

O impacto, conforme narrado, não foi apenas econômico, mas também subjetivo, gerando mudanças na autopercepção das empreendedoras e fortalecendo a autoestima e a confiança no próprio trabalho. Essa trajetória ressoa com os apontamentos de Mona Soares (2023), que destaca o poder transformador dos produtos naturais não apenas para a saúde física, mas também para a reconexão com a natureza e os saberes tradicionais

Esse movimento também reflete um impacto social significativo no modo como a comunidade negra se percebe e é percebida, uma vez que o sucesso de empreendimentos como a Afrogaia desafia narrativas históricas de marginalização. A experiência de reconhecimento relatada – desde o destaque na mídia até as interações em eventos e com consumidores internacionais – ilustra como iniciativas locais podem ganhar proporções globais, ressignificando as relações com o território e expandindo fronteiras identitárias

Para Ana Elizabeth e Luana, as percepções são bem distintas, elas avaliam que a cosmetologia natural no Distrito Federal emerge como um espaço de tensionamento entre as dinâmicas de classe, consumo e produção, refletindo desigualdades estruturais que permeiam tanto o acesso quanto a valorização desse mercado:

Ana Elizabeth: A gente vende mais aqui no Plano, não tem como, não tem como, não tem outra via melhor do que aqui no Plano. Aqui a galera aceita mais produtos veganos, e aí a gente também entra num lance de dinheiro que gira em torno do...

Luana: Sim, e eu vejo muito também o mercado de cosméticos naturais aqui em Brasília como um campo muito privilegiado, é uma percepção assim que eu tenho, que a maior parte das pessoas não tratam os cosméticos naturais e a venda deles como a sua principal fonte de renda, e sim como uma fonte secundária. Tipo, eu faço porque eu gosto, e são pessoas que geralmente têm muito dinheiro pra investir, porque a matéria prima não é barata, os utensílios não são baratos, você manter um espaço pra você produzir eles também, armazenar um local apropriado pra você ter uma produção não é nada barato. Então a gente percebe muito essa diferença de classe tanto de quem compra, de quem consome, como de quem faz. Aqui no Plano, a gente vende bastante, e a gente acha que se fosse mais caro as pessoas ainda sim compravam, nem sempre elas estão preocupadas com a qualidade, mas com o poder da compra.

Sob a perspectiva de “Olhares Negros: Raça e Representação” (2019), de bell hooks, e fundamentado pelo aporte teórico de Mona Soares em “O Guia Essencial da Beleza Natural” (2023), é possível compreender que a comercialização e a produção de cosméticos naturais são atravessadas por questões raciais, econômicas e culturais. Essas práticas configuram-se como espaços de resistência ao capitalismo hegemônico, ao mesmo tempo que reproduzem dinâmicas de exclusão para determinados grupos. A fala analisada destaca como o mercado, especialmente no Plano Piloto de Brasília, é predominantemente acessado por consumidores com elevado poder aquisitivo, o que viabiliza a aceitação de preços mais altos e sustenta o caráter artesanal dos produtos, embora essa acessibilidade seja restrita.

Para as empreendedoras negras, o custo elevado da matéria-prima, da infraestrutura e dos equipamentos necessários à produção artesanal restringe a democratização do mercado, tanto do ponto de vista da produção quanto do consumo. Essa realidade reflete as disparidades estruturais observadas por Renísia Garcia Filice (2011) e Mário Theodoro (2022), que apontam como a falta de apoio econômico dificulta a mobilidade e a sustentabilidade de iniciativas empreendedoras voltadas para setores alternativos. Embora a cosmetologia natural possa ser compreendida como uma prática de valorização cultural e ancestral, a exclusão econômica e simbólica reforça as desigualdades no setor, limitando seu impacto transformador para a população negra e periférica.

Apesar das limitações, o mercado de cosméticos naturais oferece oportunidades de empoderamento, especialmente para mulheres negras que buscam promover práticas de consumo ético e sustentável. Como ressalta Mona Soares, o uso de produtos naturais permite a conexão com valores holísticos que integram saúde, beleza e ancestralidade. Contudo, no contexto de Brasília, essa atividade muitas vezes se apresenta como uma fonte de renda secundária para as empreendedoras, evidenciando a necessidade de políticas públicas que fomentem o acesso a recursos, capacitação e financiamento. Somente com iniciativas que promovam a inclusão e a equidade será possível transformar esse segmento em um espaço verdadeiramente acessível, permitindo que ele cumpra seu potencial de transformação social e cultural.

4.14 Aplicação da Lei nº 10630/03

“No ano passado eu dei mentorias, pelo Sesc, aliás, dei aula de saboaria a convite do Sesc, em instituições de idosos, de comunidade, em várias periferias do DF, e tive a oportunidade de dar mentoria para uma marca de cosméticos naturais, a convite do Jovem de Expressão. E aí também foi um processo muito legal, porque eram com meninas muito engajadas, com muita energia, e aí poder compartilhar minha trajetória, dizer para elas qual o caminho das pedras que elas não precisam passar, foi muito interessante. A marca que eu mentorei que, é a Tom de Ébano, elas são perfeitas. Elas estavam ali com muita disposição pra aprender, muita força de vontade, um gás que eu não tenho há um tempo, e aí é bom você ver. E exige uma vulnerabilidade, eu tive acesso a tudo que é a empresa, quais são os fluxos, quais são os processos. É o tipo de coisa que você realmente tem que pensar bem com quem compartilhar, e foi uma relação de confiança que foi construída de um jeito muito legal. Quando eu recebi o convite inclusive, do Jovem da Expressão, a coordenadora do projeto que veio falar

comigo, começou falando então, tenho um convite pra te fazer, eu não sei se você vai achar ruim dessa perspectiva da concorrência enfim, mas eu acho que não, então eu vou te fazer a proposta mesmo assim, e eu fiquei super entusiasmada”.

Uma das coincidências observadas durante a pesquisa, que aqui prefiro denominar como um encontro significativo, foi a participação de Gabriella, fundadora da Afrogaia, como mentora, e de Ana Elizabeth e Luana, fundadoras da Tom de Ébano, como mentoradas no programa LeCria, parte do projeto Jovem de Expressão, localizado na Ceilândia, Distrito Federal. É pertinente situar a Ceilândia, uma região administrativa historicamente marcada por desigualdades sociais e raciais, que abriga uma das maiores populações negras do DF.

Nesse contexto, o Jovem de Expressão, criado em 2007, destaca-se como uma iniciativa que reconhece as interseções entre juventude, raça e território, promovendo oportunidades de desenvolvimento e emancipação. O projeto oferece oficinas de arte urbana, música, teatro e dança, além de capacitações profissionais, ampliando as perspectivas de jovens da região. Essas ações fortalecem o direito à cultura, à educação e ao trabalho, pilares fundamentais para a efetivação plena da cidadania.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, o Jovem de Expressão reafirma a relevância de políticas afirmativas e iniciativas comunitárias voltadas ao combate das múltiplas formas de opressão. O projeto promove a igualdade e a não discriminação, criando espaços onde jovens negros podem expressar suas identidades, construir narrativas de resistência e acessar apoio necessário para enfrentar exclusões históricas. Além disso, ao oferecer ferramentas concretas de inclusão social e econômica, a iniciativa contribui diretamente para a redução das desigualdades estruturais que impactam essa população.

No âmbito dessa iniciativa, o LeCria, parte integrante do Jovem de Expressão, surge como uma ação voltada ao estímulo do empreendedorismo periférico. O nome “LeCria” remete à ideia de criação e pertencimento, simbolizando o papel transformador do programa. Seu objetivo principal foi capacitar jovens em habilidades empreendedoras, promovendo autonomia econômica e fomentando a cultura de inovação adaptada às realidades das periferias.

Combinando formação técnica, criatividade e empoderamento, o LeCria ofereceu ferramentas práticas para que os participantes transformassem ideias em negócios sustentáveis. Além das oficinas e mentorias, o programa promoveu eventos de exposição de produtos e serviços, fortalecendo redes de apoio essenciais para empreendedores periféricos. Essa abordagem revelou-se especialmente significativa no contexto da Ceilândia, uma região

marcada por desafios socioeconômicos, onde o empreendedorismo se apresenta não apenas como alternativa à falta de empregos formais, mas como estratégia de emancipação econômica e construção de resistência coletiva.

Para as fundadoras da Tom de Ébano, o LeCria ultrapassou a capacitação técnica, conectando a juventude ao empreendedorismo como veículo para autonomia e ressignificação de suas narrativas:

Ana Elizabeth: “E recentemente nós participamos de uma mentoria lá do Jovem Expressão chamado Lecria, onde a gente teve, nós tivemos mentorias com diversos segmentos, desde marketing, a financeiro, a psicologia empresarial e a gente também teve uma pessoa específica de mentoria que foi a Afrogaia, a Gabriella, que ela já, ela já tem a empresa dela chamada Afrogaia, já está no mercado há bastante tempo, hoje em dia ela não é tão atuante, mas ela ainda produz e tá em alguns espaços, e a gente teve essa mentoria com ela que foi assim uma luz. Através dessa mentoria com ela, a gente conseguiu precificar os nossos produtos e a gente foi aperfeiçoando. (...) E foi um bom impulsionamento pra gente, porque a gente conheceu muita coisa que a gente não fazia ideia de como acontecia, a gente, por exemplo, não precificava nossos produtos, a gente não sabia quanto que era o custo dos nossos produtos, e aí a Afrogaia veio e ensinou tudo isso pra gente, ela falou, “olha gente, vocês têm que fazer isso, isso e isso, isso e isso, pra dar certo”.

Luana: “Porque, por exemplo, esses sabonetes que a gente faz, né, que nós produzimos a base de óleos e manteigas, eles estavam custando pra gente R\$17,00, e a gente vendia por R\$20,00, então a gente não tinha lucro de nada. Então, a partir dessa mentoria, a gente aprendeu a precificar e a gente aprendeu a selecionar as matérias primas, por exemplo, a gente colocava sete óleos no sabonete, que era o que deixava ele caro, então a gente ainda consegue manter a qualidade, mas escolher melhor os óleos que a gente vai trabalhar”.

Assim, pode-se inferir que o projeto Jovem de Expressão, por meio da iniciativa LeCria, em parceria com cosmetólogas negras, estabelece um diálogo com a Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, ao mesmo tempo que se alinha diretamente aos debates sobre políticas públicas apresentados por Mário Theodoro (2022) e Renísia Filice (2011). Theodoro, ao discutir as desigualdades raciais no Brasil, enfatiza que políticas afirmativas são essenciais para corrigir as distorções históricas que relegaram populações negras a condições de vulnerabilidade econômica e social. Filice, por sua vez, aprofunda o debate ao destacar a importância da educação e da cultura como ferramentas de empoderamento e resistência.

Nesse sentido, a Lei nº 10.639/03 é uma política fundamental para a valorização da identidade negra e para a construção de uma cidadania plena, especialmente em territórios periféricos como a Ceilândia. E o trabalho desenvolvido pelo programa Jovem de Expressão e sua vertente LeCria reflete os princípios da Lei nº 10.639/03, ao promover ações que integram educação, cultura e empreendedorismo como caminhos para a emancipação social.

A experiência relatada pelas fundadoras da Tom de Ébano e pela mentora Gabriella exemplifica como a combinação de capacitação técnica com uma abordagem culturalmente sensível pode gerar resultados transformadores. Assim como a lei busca incluir narrativas negras nos currículos escolares, iniciativas como o LeCria atuam para inserir essas narrativas nos espaços de mercado, destacando o protagonismo de empreendedores negros em um sistema econômico historicamente excludente.

Ao vincular o empreendedorismo periférico com a valorização da cultura afro-brasileira, o programa LeCria vai além de uma capacitação técnica, tornando-se uma ação afirmativa em si. O relato das participantes evidencia como a formação empreendedora com viés comunitário pode corrigir assimetrias de conhecimento e criar oportunidades concretas para jovens periféricos. Essa prática encontra eco nas reflexões de Theodoro, que defende a necessidade de políticas públicas que reduzam as desigualdades estruturais, e nas análises de Filice, que destacam o papel central das narrativas culturais na construção de sociedades mais igualitárias.

A experiência compartilhada por Gabriella e pelas fundadoras da Tom de Ébano reforça a relevância da confiança, da troca de saberes e do pertencimento na construção de um empreendedorismo afrocentrado e territorializado. O impacto das mentorias vai além da capacitação empresarial, atingindo esferas subjetivas e simbólicas fundamentais para a ressignificação das identidades negras. Em consonância com a Lei 10.639/03, iniciativas como essa reafirmam que o fortalecimento das populações negras passa pela construção de políticas públicas integradas, que reconheçam a cultura, a história e a potência criativa da juventude periférica como pilares de transformação social.

4.15 Considerações finais preliminares: resistência negra e ancestralidade através da cosmetologia natural

A trajetória de Gabriella Mendes, Luana e Ana Elizabeth no universo da cosmetologia natural evidencia uma confluência entre ancestralidade, resistência cultural e empreendedorismo negro feminino. Suas experiências destacam não apenas a busca por alternativas econômicas diante de um mercado excludente, mas também a reafirmação de

identidades e práticas que resgatam saberes ancestrais e os adaptam às demandas contemporâneas.

Gabriella Mendes inicia sua jornada ao reconhecer a eficácia de insumos naturais em seu próprio cabelo, percebendo a lacuna existente no mercado de produtos prontos que atendam às necessidades específicas dos cabelos afro-brasileiros. Sua decisão de desenvolver cosméticos sólidos reflete uma preocupação ambiental alinhada ao afrofuturismo, que mescla tradição e inovação com responsabilidade social. Ao criar produtos que valorizam a estética negra e promovem a sustentabilidade, Gabriella desafia a hegemonia de uma indústria cosmética que historicamente negligência as especificidades da população negra.

Luana e Ana Elizabeth, por sua vez, trilham um caminho que começa com a produção de sabonetes de erva-doce e argila, conectando-se diretamente com práticas culturais afro-brasileiras. A expansão de seu catálogo para incluir velas, hidratantes e produtos capilares sólidos demonstra uma capacidade de adaptação e uma busca contínua por autonomia. Ao questionarem a origem das matérias-primas e optarem por insumos de procedência conhecida, elas incorporam princípios de consumo consciente e economia solidária, fortalecendo laços comunitários e promovendo práticas sustentáveis.

Ambas as narrativas evidenciam que, embora o impulso inicial para ingressar na cosmetologia natural tenha sido a necessidade econômica, o percurso empreendedor dessas mulheres negras transcende a mera busca por renda. Elas resgatam e reinventam saberes ancestrais, constroem identidades coletivas e individuais e criam espaços de resistência dentro de um mercado predominantemente branco e eurocêntrico. Este movimento pode ser compreendido à luz do conceito de "escrevivência" de Conceição Evaristo, onde a experiência pessoal e coletiva é narrada e transformada em ação concreta.

As dificuldades enfrentadas, como a falta de recursos financeiros e humanos, revelam as barreiras estruturais impostas pelo racismo e pelo sexismo. Gabriella e as fundadoras da Tom de Ébano relatam o desafio de expandir seus negócios sem o apoio necessário, evidenciando a necessidade de políticas públicas e iniciativas privadas que promovam a inclusão e o investimento em empreendimentos negros. A ausência de confiança em potenciais investidores e a falta de acesso a financiamentos reforçam a importância de redes de apoio e da construção de alternativas que valorizem a autonomia e a sustentabilidade.

A cosmetologia natural emerge, assim, não apenas como uma fonte de renda, mas como um espaço de empoderamento e transformação social. Ao produzir cosméticos que atendem às necessidades da população negra, essas empreendedoras contribuem para a desconstrução de padrões estéticos hegemônicos e promovem a valorização da identidade afro-brasileira. Sua atuação reflete uma resistência cotidiana que desafia as estruturas de opressão e cria novas possibilidades para a comunidade negra.

Em suma, as experiências de Gabriella Mendes, Luana e Ana Elizabeth ilustram a complexidade e a riqueza do empreendedorismo negro feminino na cosmetologia natural. Elas demonstram que, mesmo diante de adversidades, é possível resgatar saberes ancestrais, promover práticas sustentáveis e construir negócios que refletem os valores e as necessidades da comunidade negra. Suas trajetórias nos convidam a repensar as relações entre raça, classe, gênero e economia, apontando para a importância de iniciativas que promovam a equidade e valorizem a diversidade cultural em todos os âmbitos da sociedade.

A disputa da narrativa, a interpretação do mundo, carregado pelos discursos, efeitos e produtos que alimentam o imaginário social de um cabelo ideal ainda vai moldando as identidades individuais e coletivas da sociedade. Em diálogo com o trabalho acadêmico da pesquisadora professora dra. Renísia Filice (2011), acerca da importância de ações coletivas com identidade político-cultural forjada na luta por ampliação dos direitos e novos direitos, reformulando o modelo cultural.

Gomes testemunha a importância da “valorização da estética, da corporeidade negra e do cabelo crespo” (p. 19). E, diante do exposto, o que podemos questionar é que as esferas que nos cerceiam em sua estrutura têm corroborado nas escolhas das epistemologias. E que a mesma tem trabalhado para a manutenção do epistemicídio quando se propõe a trabalhar sob uma perspectiva única e uma epistemologia universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa aprofundou-se na cosmetologia natural como uma prática de autocuidado, resistência cultural e promoção da saúde capilar entre mulheres negras. Através da análise interseccional e do reconhecimento do Atlântico Negro como matriz identitária e cultural, este estudo demonstrou que o uso de cosméticos naturais transcende a estética e se firma como um ato de preservação da ancestralidade e de enfrentamento ao racismo estrutural. Para mulheres negras, o cabelo crespo representa não apenas uma escolha estética, mas uma extensão de suas identidades e, como afirmado por Carneiro (2005), “um símbolo da luta contra o epistemicídio, que insiste em silenciar e marginalizar o saber negro” (Carneiro, 2005, p. 97).

Os resultados deste estudo confirmam que a cosmetologia natural, ao promover a saúde capilar, oferece uma alternativa significativa à indústria de cosméticos convencionais, que, frequentemente, se mostra desinteressada em respeitar as particularidades do cabelo crespo e cacheado e que há pouco rigor no que se refere a toxicidade de substâncias ainda presentes na formulação dos produtos. Essa prática, embasada no uso de ativos naturais e fitoterápicos, permite que as mulheres negras encontrem na natureza a inspiração para construir práticas de autocuidado alinhadas aos seus valores e histórias de vida. Segundo Janine Benyus (1997), o conceito de biomimética nos ensina que a natureza oferece modelos de “resolução de problemas e inovação”, de modo que o cuidado capilar com ingredientes naturais pode ser compreendido como um retorno aos saberes ancestrais e sustentáveis (Benyus, 1997, p. 24).

Nesse sentido, a pesquisa revelou que as mulheres negras que atuam na cosmetologia natural, ao manter e compartilhar esses saberes, se engajam em um processo de valorização da identidade e de resistência à opressão estética e social. Para Crenshaw (1989), a interseccionalidade é essencial para entender “como as múltiplas formas de opressão – de gênero, raça e classe – se entrelaçam e afetam de modo particular as mulheres negras” (Crenshaw, 1989, p. 139).

A prática da cosmetologia natural está também intrinsecamente ligada à luta contra o racismo institucional, que, como afirma Cida Bento, “mantém as estruturas de poder e os privilégios da branquitude, desvalorizando as contribuições e os saberes das pessoas negras” (Bento, 2002, p. 154). A pesquisa evidenciou que a feitura de cosméticos naturais pelas co-participantes, mulheres negras aqui apresentadas, se insere num contexto de resistência cultural, econômica e política, se articulando aos saberes ancestrais. Ribeiro (2017) corrobora com essa perspectiva ao destacar que práticas ancestrais têm sido fundamentais para a resistência e reconstrução de identidades negras.

No campo da promoção da saúde capilar, percebe-se que o impacto social varia conforme a experiência das cosmetólogas. Para a cosmetóloga negra Gabriella Mendes, a maior parte de sua clientela é composta por pessoas negras, que a enxergam como uma referência e fonte de inspiração. Em contrapartida, Ana Elizabeth Lima e Luana Carvalho relatam que, embora suas produções sejam consumidas por pessoas negras, a predominância de sua clientela é branca, o que as leva a não perceberem um impacto significativo de influência e representatividade negra em seu público.

A prática dessas profissionais enfatiza o uso de cosméticos naturais e a valorização consciente dos insumos de origem sustentável, reforçando um compromisso com o meio ambiente. No entanto, apesar dessas contribuições, ainda enfrentam processos de subalternização, o que reflete as estruturas raciais historicamente impostas às mulheres negras no Brasil. Como aponta Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade entre raça e gênero coloca as mulheres negras em uma posição de invisibilidade e marginalização, mesmo quando desempenham papéis de protagonismo.

A pesquisa também revelou que essas empreendedoras formam uma rede de apoio entre si, e compartilhando conhecimentos adquiridos durante a mentoria do LeCria, iniciativa do projeto Jovem de Expressão. No entanto, essa rede não se expande devido à falta de contato com outras cosmetólogas negras e à predominância de mulheres brancas no mercado de cosmetologia no Distrito Federal.

Nesse sentido, a experiência das cosmetólogas negras evidencia não apenas as dinâmicas de consumo e influência no mercado de beleza, mas também as contradições de um setor que, embora valorize o uso de insumos naturais e práticas sustentáveis, ainda reproduz desigualdades raciais e de gênero. Como aponta Sueli Carneiro (2005), a construção da identidade da mulher negra está atravessada por processos históricos de exclusão e resistência, refletindo-se, inclusive, nas normas estéticas e nos padrões de consumo que moldam o mercado da beleza.

Ainda enfrentam desafios estruturais que dificultam a consolidação de seus negócios como fontes primárias de renda. Como argumentam Bento (2002) e Gomes (2003), as dificuldades no acesso a investimentos, precarização da mão de obra e sobrecarga de trabalho são fatores que comprometem a expansão de negócios liderados por mulheres negras.

Cabe ressaltar que se mostra imprescindível que haja iniciativas institucionais e políticas públicas que fomentem o empreendedorismo negro, garantido oportunidades de financiamento e capacitação específica para esse segmento. Dialogando com Mário Theodoro (2018) que reforça a importância de políticas públicas que promovam equidade racial no âmbito econômico, pois, dessa forma, ao reconhecer a desigualdade histórica no mercado, tais iniciativas permitem não apenas a ampliação de oportunidades, mas também o fortalecimento da economia como um todo.

Um ponto importante que é que a participação das empreendedoras negras em programas como o Jovem de Expressão e LeCria destaca a importância de políticas afirmativas e iniciativas comunitárias na redução das desigualdades raciais e econômicas. Como aponta Theodoro (2022), essas iniciativas têm potencial transformador ao ampliar o acesso a conhecimentos sobre gestão financeira, precificação de produtos e estratégias de mercado. Filice (2011) também enfatiza que a formação de redes de apoio e cooperação entre mulheres negras é fundamental para a ampliação da autonomia financeira dessas empreendedoras, contribuindo para a consolidação de suas marcas e o fortalecimento da economia negra.

Conclui-se, portanto, que a cosmetologia natural se configura como uma prática profundamente política e transformadora, que oferece às mulheres negras uma forma de autocuidado que vai além da estética e incorpora valores de saúde, ancestralidade e resistência. O cuidado capilar natural conecta a nós mulheres origens, permitindo resgatar saberes ancestrais e afirmar suas identidades em um sistema que frequentemente as marginaliza. Além disso, essa prática demanda a implementação de políticas públicas de saúde e bem-estar que reconheçam não só a diversidade capilar e promovam o direito ao cabelo natural como um direito humano essencial, como manter um rigor sobre formulações que deixam populações que constituem a minoria em situação de vulnerabilidade, como pontua Conceição (2017).

Por fim, a pesquisa revela que a cosmetologia natural, ao ser protagonizada por mulheres negras, transcende o ato de empreender e adquire dimensões políticas e culturais que questionam e desafiam o racismo estrutural, resgatam saberes ancestrais e promovem a autoafirmação da identidade negra. O fortalecimento desse setor exige investimentos e reconhecimento por parte das políticas públicas, de modo que seja possível ampliar o impacto social dessas iniciativas e garantir que a cosmética natural negra seja uma opção viável e acessível para um público cada vez maior.

Em termos de perspectivas futuras, sugiro e me atenho para que novas pesquisas sejam realizadas para aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas do empreendedorismo negro no setor de cosméticos naturais, bem como o impacto dessas iniciativas na construção de redes solidárias e no fortalecimento da identidade negra. Além disso, é relevante investigar os impactos psicossociais da cosmetologia natural na autoestima das mulheres negras, tendo em vista que o autocuidado e a estética são dimensões fundamentais para a construção de subjetividades empoderadas, e que a valorização da cosmetologia natural inspire futuras pesquisas e políticas públicas comprometidas com a promoção de práticas de autocuidado que

respeitem e celebrem a diversidade racial, fortalecendo o compromisso com os direitos humanos e a justiça social no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANVISA. **Cosméticos e produtos de higiene pessoal.** Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa>>.
- ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 211, de 14 de julho 2005.**
- ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 237, de 20 de junho de 2018.**
- ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 409/2020.**
- BARROS, Jônatas F. **A pele preta: dermatologia da pele de cor: aspectos básicos.** Brasília: UnB, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENYUS, Janine M. **Biomimicry: Innovation Inspired by Nature**. New York: William Morrow, 1997.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BREDER, Paula. Especialistas em cabelos naturais, treinamento inicial. Espírito Santo: [s.n.], 2019.

CARNAÚBA, Raíssa; FILICE, Renísia. **Tecendo redes: experiências pedagógicas no enfrentamento ao racismo**. Brasília: Editora XYZ, 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Feusp, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). **Feminismo no Brasil: memórias, novas identidades e redes sociais**. São Paulo: Edunesp, 2011. p. 49-58.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge, 2002.

COLLIER, David; SEAWRIGHT, Jason; BRADY, Henry. *Qualitative versus quantitative: what might this distinction mean*. *Newsletter of the APSA Organized Section on Qualitative Methods*, v. 1, n. 1, 2003, p. 4-8.

CONCEIÇÃO, Paula Barbosa da. **A toxicidade em produtos cosméticos e os riscos à saúde: uma revisão de literatura**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

ECOCERT. *Natural and Organic Cosmetic Standard*. Disponível em: <<https://www.ecocert.com/en/>>. 2021.

EVARISTO, Conceição. Escrivência: a escrita de nós. In: **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GÉNOT, Luana. **Sim à Igualdade Racial: Raça e Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984

HEINRICH, Michael; BARNES, Joanne; GIBBONS, Simon; WILLIAMSON, Elizabeth M. **Fundamentals of Pharmacognosy and Phytotherapy**. 2. ed. London: Churchill Livingstone, 2012.

HOOKS, bell. **Alisando o nosso cabelo**. *Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y artistas de Cuba*, jan./fev. 2005. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/#gs.HV0kV1M>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **A burst of light: and other essays**. Ithaca: Firebrand Books, 1988.

MASSEY, Lorraine; BENDER, Michele. **O manual da garota cacheada: o método curly girl**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

McKAY, D. L.; BLUMBERG, J. B. *A review of the bioactivity and potential health benefits of chamomile tea (Matricaria recutita L.)*, **Phytotherapy Research**, v. 20, n. 7, p. 519-530, 2006.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb**, Niterói, Editora da UFF, n. 5, p. 15-34, 2003.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade negra, um debate em aberto**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In: Quilombismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro e o mito da democracia racial. *In: Orixás*, v. 2, 1989.

OLIVA, Anderson Ribeiro; MARONA, Marjorie Corrêa; FILICE, Renísia Cristina Garcia; NASCIMENTO, Wanderson Flor do (Compiladores). **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2019.

PETA. *Vegan Cosmetics*. 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

PINTO, Letícia Maia de Paula. **"É muito mais do que uma simples misturinha": um estudo sobre cosmetologia natural, mulheres e suas conexões**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Franciele Rayane. **Cosméticos naturais: faça você mesma**. Santa Catarina [s.n.], 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Florentina Pereira. **O partejar e a farmacopeia de Dona Flor: histórias e ensinamentos de uma mestra quilombola**. Organização de Juliana Floriano Toledo Watson; coordenação de Natália Cristina Aniceto Ramos; ilustrações de Ani Ganzala; fotografias de Melissa Maurer. Brasília: Avá Editora, 2022.

SANTOS SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SILVA, Cibely Eugênia. **Silenciamento e contradição no discurso das empresas de cosméticos para cabelos cacheados e crespos**. Recife, 2017.

SILVA, Joana. **Cosmética natural e sustentabilidade: a atuação das raizeiras no Brasil contemporâneo**. Brasília: Editora UnB, 2020.

SODRÉ, Muniz. A televisão é a boca do mercado, é a sua fala, a fala da moeda. *In*: CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 156-167.

SOARES, Mona. **Design de cosméticos naturais**. [s.n.] Salvador, 2019.

SOARES, Mona. **Guia essencial da beleza natural: como usar plantas e minerais nos cuidados com a pele e o cabelo**. 1. ed. São Paulo: Paralela, 2023.

TISSERAND, Robert.; YOUNG, Rodney. **Essential oil safety: a guide for health care professionals**. 2. ed. Edinburgh: Churchill Livingstone, 2013.

THEODORO, Mário. **A Sociedade Desigual: Racismo e Branquitude na Formação do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

USDA. **Organic Cosmetics Certification**. Recuperado de: <<https://www.ams.usda.gov/>>. 2020.

VASCONCELOS, Beatriz Sousa. **Toxicidade de componentes adicionados aos cosméticos**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

WERNECK, Jurema. Saúde da população negra e controle social. *In*: **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.